

1789-1875
A REINVENÇÃO DO MUNDO:
FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO

REITOR: Vítor Hugo Zanette
VICE-REITOR: Aldo Nelson Bona
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Margareth Maciel
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETOR Carlos Eduardo Schipanski
VICE-DIRETORA: Maria Aparecida Crissi Knüppel

EDITORA UNICENTRO

CONSELHO EDITORIAL: Claudio José de Almeida Mello, Beatriz Anselmo Olinto, Carlos Alberto Marçal Gonzaga, Cristina Fuginga, Ivan de Souza Dutra, Jeanette Beber de Souza, Luiz Gilberto Bertotti, Maria José de Paula Castanho, Márcio Ronaldo Santos Fernandes, Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes, Mauricio Rigo, Oséias de Oliveira, Rosanna Rita Silva, Ruth Rieth Leonhardt, Sidnei Osmar Jadoski, Waldemar Feller

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA LICENCIATURA PLENA A DISTÂNCIA
COORDENADOR DO CURSO: Carlos Eduardo Schipanski
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Carlos Eduardo Schipanski, Ariel José Pires,
Maria Aparecida Crissi Knüppel, Milton Stanczyk Filho,
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Vanessa Moro Kukul.



CERIZE NASCIMENTO GOMES

1789-1875
A REINVENÇÃO DO MUNDO:
FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA



COMISSÃO CIENTÍFICA: Ariel José Pires, Carlos Eduardo Schipanski,
Flamarion Laba da Costa, Maria Aparecida Crissi Knüppel, Milton Stanczyk Filho,
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Vanessa Moro Kukul.

REVISÃO TEXTUAL
Vanessa Moro Kukul

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Amanda Lima
Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Natacha Jordão

EDITORA UNICENTRO

Imprensa Oficial
336 exemplares

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central – UNICENTRO

Gomes, Cerize Nascimento

G633m 1789-1875: a reinvenção do mundo – fundamentos da sociedade
capitalista / Cerize Nascimento Gomes. – – Guarapuava: Ed. da Unicentro,
2011.

ISBN: 978- 85-7891- 084- 6

108 p. - (Coleção História em construção II)

Bibliografia

1. Capitalismo – História. 2. Revolução Francesa. 3. Comunismo. 4.
Imperialismo. I. Título.

CDD 306.342

Copyright: © 2011 Editora UNICENTRO

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

Aos meus filhos Ciro, Samantha e Leon.
Aos meus alunos e às minhas alunas.

“Se nada ficar destas páginas, algo pelo menos esperamos que permaneça: nossa confiança no povo, nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.”

Paulo Freire - *Pedagogia do oprimido*

SUMÁRIO

Prefácio	09
Introdução	11
1789 – A abertura do mundo contemporâneo	17
As múltiplas histórias da Revolução Francesa	19
O 18 Brumário de 1799	31
Liberdade, igualdade e fraternidade?	34
As fases da Revolução	35
Dicionário Político	38
Quem fez a Revolução?	43
Os direitos do homem e do cidadão	49
O Brasil e a (contra) Revolução	53
1789-1848 – A Primavera dos Povos	57
Algumas leituras sobre a história vista de baixo	57
Os Trabalhadores	58
O manifesto comunista	62
A multidão na história	65
O 18 Brumário de 1848	75
1848- 1875 – O triunfo do capitalismo	83
A miséria do imperialismo	93
Relações e práticas de poder	98
Conclusão	107
Bibliografia	111

“O saber não é feito para compreender,
ele é feito para cortar.”
Michel Foucault - *Microfísica do poder*

PREFÁCIO

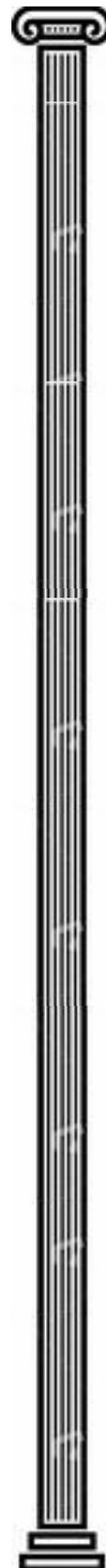
Foi na passagem do Feudalismo para o Capitalismo, entre os séculos XV ao XVII, que se forjaram as precondições para o advento do sistema capitalista. Durante esse período ocorreu uma série de mudanças que transformaram a vida do homem europeu ocidental em todos os níveis. Tudo estava mudando, era o início de novos tempos.

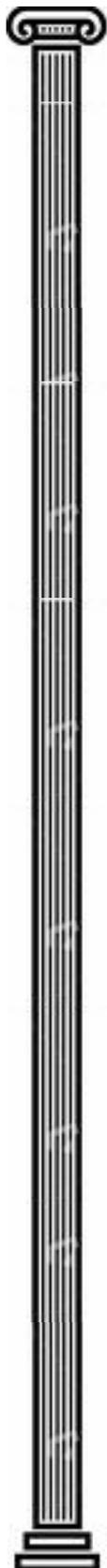
Essas transformações, sociais, econômicas e políticas, modificaram a maneira de viver da sociedade européia ocidental e afetaram principalmente o plano das idéias. O homem passou a ser o centro das atenções, principalmente pelos pensadores e pelos homens da ciência que exploravam o seu grande potencial, a Razão.

Enfim, foi um período de transição, de transformações várias e rupturas violentas, e no final do período houve uma série de revoluções burguesas, como, por exemplo, a Revolução Francesa, que instituiu uma nova ordem política de homens livres, os quais, governados por uma Constituição, por uma norma fundada, não na vontade de um soberano, mas do povo, estabeleceram o final dessa transição e principiaram uma nova era, a Era Capitalista.

Estava implantado o “novo modelo” de sociedade. Esse “modelo” era gerido pelo predomínio do Capital em poder dos burgueses e movido pelo trabalho dos operários. Esses dois elementos, capital e trabalho, foram indispensáveis para o estabelecimento dessa nova sociedade.

Este recorte histórico da idade moderna está, pelo menos no âmbito da Academia, longe de ser consensual. É que, por um lado, encontramos, desde os tempos mais remotos, inúmeras interpretações científicas dessas manifestações e de atitudes iluministas, e, por outro lado, deparamo-nos ainda hoje, não obstante a generalização dos





princípios iluministas, com situações de tirania, de coação física ou moral, que impedem o acesso à maioria e à autonomia de uma grande parte dos nossos contemporâneos.

Procurando traçar uma linha explicativa para essa trajetória, a Professora Cerize Nascimento Gomes, numa postura acadêmica bastante particular, procura apresentar, nos três capítulos do seu livro 1789-1875 – *A reinvenção do mundo. Fundamentos da sociedade capitalista*, algumas reflexões sobre as manifestações ocorridas no período oitocentista através de leituras de autores clássicos e contemporâneos que debatem teoricamente os fundamentos do então chamado mundo moderno.

Dessa maneira, convido os leitores a pensarem a época de maneira diferente, segundo a autora, uma época que se configura como um labirinto de acontecimentos, ideologias e lutas, que analisadas seguindo os parâmetros teóricos propostos pelos autores analisados podem indicar novas maneiras de “ver” o mundo em que habitam.

Carlos Eduardo Schipanski
Dezembro de 2010

INTRODUÇÃO

1789-1914: o século mais longo da história

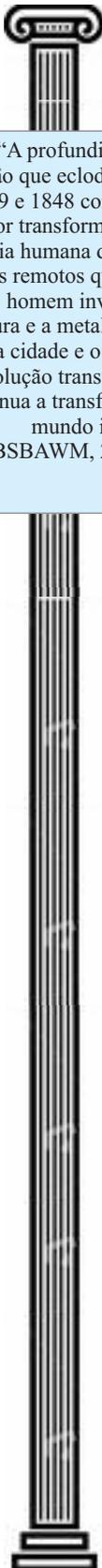
“O historiador deve assumir uma posição pró ou contra as forças que estão em ação nos diferentes atos do drama histórico.”

(Hayden White, *Meta-história*)

O século XIX não começou em primeiro de janeiro de 1801 e nem terminou em 31 de dezembro de 1900. Para o historiador Eric Hobsbawm, o século XIX começou em 1789, com a Revolução Francesa, e o século XX teve seu início em 1914, com a Primeira Guerra Mundial. Tal periodização sugere que o século XIX se estende de 1789 a 1914, o que significa dizer que ele pode ser apresentado como o século mais longo da história.

Hobsbawm dividiu o século XIX em dois períodos distintos: o primeiro, de 1789 a 1848, compreende as revoluções da França e da Inglaterra, juntamente com suas transformações industriais e sociais; o segundo momento, de 1848 a 1875, diz respeito à expansão do imperialismo, ao surgimento do estado-nação e ao triunfo do capitalismo. Sobre cada um desses períodos, o historiador escreveu um livro de aproximadamente quinhentas páginas. No primeiro, chamado *A era das revoluções*, e no segundo, *A era do capital*, procura compreender as revoluções e as transformações decorrentes do século XIX.

Por sua vez, o livro que se inicia tem como proposta o aprofundamento de reflexões sobre as contribuições e os impactos globais do período oitocentista por meio de leituras alternativas nas quais estão reunidos autores clássicos e contemporâneos que convidam ao debate teórico todos os interessados em compreender os fundamentos do mundo em que vivemos. Para tanto, inclui-se nessa abordagem historiográfica autores que viveram o século



“A profundidade da revolução que eclodiu entre 1789 e 1848 constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Essa revolução transformou, e continua a transformar o mundo inteiro.”
(HOBBSAWM, 2009, p. 16)



“O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles. [...] Quando um povo é obrigado a obedecer e o faz, age acertadamente. Assim que pode sacudir esse jugo e o faz, age melhor ainda, porque recupera sua liberdade pelo mesmo direito que a arrebataram. Ou tem ele o direito de retomá-la ou não tinham o direito de subtraí-la.” (ROUSSEAU, 1983, p. 22)

XIX: Alexis de Tocqueville, Karl Marx, Friedrich Engels, Rudolf Iehring e Jules Michelet, cujos textos promovem uma reflexão mais aprofundada acerca da época. Entre os estudiosos da sociedade industrial propõe-se a leitura de Michelle Perrot, George Rudé, Edward Thompson, Marshall Berman, Eric Hobsbawm e Michel Vovelle, entre outros.

No primeiro capítulo aborda-se a Revolução Francesa de 1789 e suas múltiplas histórias, por meio do reconhecimento identitário dos movimentos que contribuíram para a queda do Antigo Regime. Além disso, analisa-se o impacto dos ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade, cujo legado fundamental foi a primeira redação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Estuda-se, no segundo capítulo, a emergência dos movimentos dos trabalhadores conhecidos pela metáfora da Primavera dos Povos, de acordo com a qual a multidão se descobre como sujeito da história e manifesta-se em greves, manifestações, motins e protestos que entram em choque com os ideais burgueses. Historicamente esse é um dos momentos de maior evidência da organização dos trabalhadores e da luta de classes.

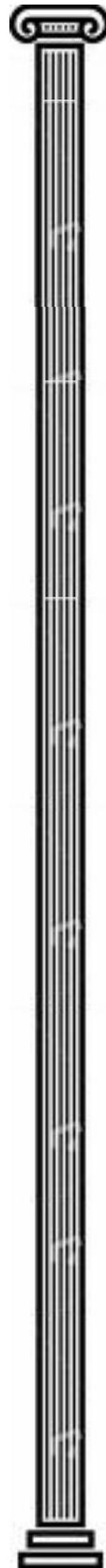
Finalmente, no terceiro capítulo, aborda-se o confronto aberto entre os ideais do socialismo e do liberalismo e a expansão do imperialismo que assumiu a tarefa de cortar relações com o passado feudal e reinventar a configuração do planeta, assentando-o sobre as bases do capitalismo, rompendo, para tanto, com tudo o que se opunha à circulação de idéias, pessoas e mercadorias. Para que isso ocorresse no século XIX, os cientistas oitocentistas não hesitaram em investigar o universo e constituir novas ciências, entre elas a Sociologia e a Antropologia, além de alargar o campo de estudos da História em níveis até então inéditos. Ao se estabelecer 1789 como momento de abertura

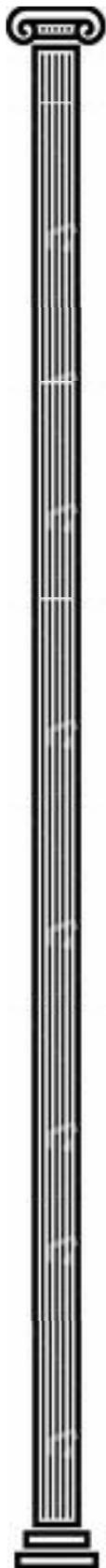
para o mundo contemporâneo, os autores interpretam a tomada da Bastilha como um momento de ruptura com as monarquias absolutas e como o símbolo da queda definitiva do feudalismo, que enfim estremecia e cambaleava sobre seus alicerces seculares.

Os leitores são convidados para uma reflexão sobre o mundo em 1801. Na América, com exceção dos Estados Unidos que haviam conquistado sua independência, as demais regiões ainda viviam submetidas, principalmente, à colonização espanhola ou portuguesa. A Ásia representava para o mundo ocidental um vasto e longínquo continente repleto de riquezas e especiarias, com costumes avessos aos europeus ou americanos. Da África conhecia-se apenas o Egito e alguns entrepostos europeus ao longo do continente e a Oceania era até então um punhado de ilhas desconhecidas.

Isso significa que em 1801, para os estudiosos do positivismo, o centro da Terra era a Europa. Ela representava o sol e os demais continentes eram estrelas sem luz própria que giravam ao seu redor, atraídos pela força das suas revoluções. A França revolucionária expressava os ideais socialistas, Alemanha e Itália lutavam pela unificação, nos antigos reinos proclamavam-se repúblicas, consolidavam-se os estados e imaginavam-se as nações, enquanto a Inglaterra expandia o seu pensamento liberal e extraía dos mais distantes territórios a matéria-prima para a consolidação do capitalismo industrial.

Diante desse cenário, o mundo que orbitava em torno da Europa foi agitado por suas convulsões e vivenciou uma metamorfose jamais vista. As antigas colônias americanas constituíram-se em estados. Desertos foram povoados, florestas foram derrubadas, fauna e flora foram dizimadas, imensas áreas de terra foram cultivadas. Os Estados Unidos ganharam, às custas de guerras e anexações, proporções colossais que o equipararam às potências do Velho Mundo e





asseguraram, por meio de leis, a democracia americana. O Japão conquistou pela força das armas um lugar entre as grandes potências mundiais. A China passou a representar um obstáculo ao avanço do imperialismo europeu. Na África, os leões, os elefantes e os hipopótamos batiam em retirada e as tribos negras que resistiam ao avanço do branco europeu foram rapidamente exterminadas. As ilhas da Oceania, até então ignoradas pelos colonizadores europeus, tornaram-se objeto de cobiça e os títulos da dívida australiana tornaram-se os mais bem cotados na Bolsa de Valores de Londres. Na Turquia, as janelas do império permaneceram fechadas ao avanço do capitalismo e os países do Oriente Médio entorpeceram-se com a fumaça do ópio e as metáforas do Alcorão. A Rússia traçou as primeiras paralelas de aço e sobre as planícies brancas da Sibéria desfilaram os trens, cujo apito anunciava a aurora do capitalismo industrial.

Entre 1789 e 1848, a indústria fabril alastrou-se por todo o mundo, o planeta converteu-se em uma ampla oficina de trabalho que fez transbordarem os cofres dos industriais, dos comerciantes e dos banqueiros, enquanto os trabalhadores, mantidos em condições de miserabilidade, protestavam contra o lugar que lhes coube nessa reinvenção espacial. Na cidade e no campo, operários e agricultores entenderam que sua situação em tudo contrariava os princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A falência da República despertou nos homens e nas mulheres do século XIX a esperança e os sonhos em sistemas utópicos como o socialismo, o comunismo e o anarquismo. Os trabalhadores, organizados, sindicalizados, conscientes e com fome de pão, terra e constituição, redigiram as primeiras páginas da Primavera dos Povos.

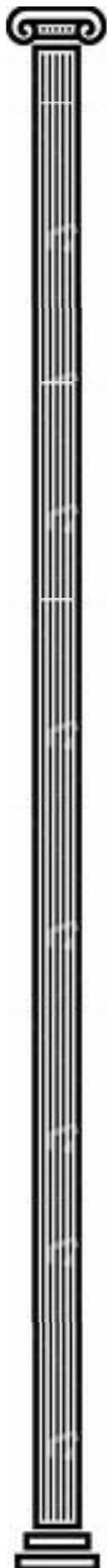
A emergência das massas provocou o surgimento de movimentos sociais diversos e os amotinados assumiram posturas radicais, conforme pode ser observado nos

movimentos ingleses Filhas de Rebeca e Ludismo, nos quais os trabalhadores invadiram fábricas e quebraram máquinas para protestar contra o desemprego e os baixos salários. Os patrões temiam que essa caravana de visionários se convertesse numa legião de demônios destruidores capaz de arrebatá-las suas conquistas. Pressionados, os governos procuraram a fórmula para inviabilizar o conflito social e o avanço socialista. O fantasma do comunismo rondava o sono dos estadistas e dos burgueses enquanto os trabalhadores agitavam suas bandeiras e formavam os seus primeiros sindicatos e partidos políticos.

Entre 1848 e 1875, a industrialização européia confirmou-se como um fato histórico sem precedentes e sem retorno. Sua importância econômica, suas implicações políticas, seus problemas sociais e suas transformações culturais afetaram até mesmo as nações mais distantes – a esse processo denominou-se Revolução Industrial. O desenvolvimento acelerado do capitalismo industrial e o processo desenfreado de expansão de mercados consumidores ou fornecedores de matéria-prima remodelaram irreversivelmente a face do planeta.

Em *A era do capital*, Hobsbawm apresenta esse período de 1848 até 1875 como o momento de consolidação do capitalismo liberal. Em 1850, a Inglaterra dominava o cenário mundial como o país industrialmente mais próspero e com o maior número de fábricas, máquinas fixas e operários. Em 1870, os Estados Unidos passaram a sua frente com mais do dobro da sua força a vapor (HOBSBAWM, 2009, p. 76). Ainda em 1870, a Alemanha equiparou sua força industrial ao modelo britânico e tornou-se superior à França. “Os produtos característicos dessa era vieram a ser o ferro e o carvão, e seu símbolo mais espetacular a estrada de ferro que os combinava” (HOBSBAWM, 2009, p. 77). Pequenos países europeus encaminharam seus projetos de industrialização a partir do





extrativismo, como a Bélgica, que, mesmo com uma economia pequena, em 1873 produzia mais ferro que a França. O historiador britânico acrescenta que com a adesão de países menores ao movimento industrial a produção de carvão e ferro quintuplicou e a partir de 1870 tornou-se possível a produção em massa de aço (HOBSBAWM, 2009, p.77) e, em consequência disso, as inovações tecnológicas geradas pelo lançamento de máquinas pesadas e pelas invenções da indústria química e elétrica eram indícios de que o mundo e a humanidade jamais seriam os mesmos.

Esse momento histórico, no olhar de Marshall Berman, em *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, é o prenúncio do desdobramento de uma era fáustica que joga todos os seres num turbilhão permanente de desintegração e mudanças e faz surgir um mercado mundial em permanente expansão, que a tudo abarca, tudo desperdiça e a todos destrói (BERMAN, 1996, p. 18). Um mercado capaz de tudo, menos de manter os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade gestados em 1789.

Com essas palavras, anunciam-se algumas das questões primordiais do período coberto por esta obra, um labirinto de acontecimentos, ideologias e lutas que, dilatadas, sugerem variadas rotas pelas quais os leitores poderão partir, caso queiram aventurar-se a compreender o longo século XIX.

CAPÍTULO I

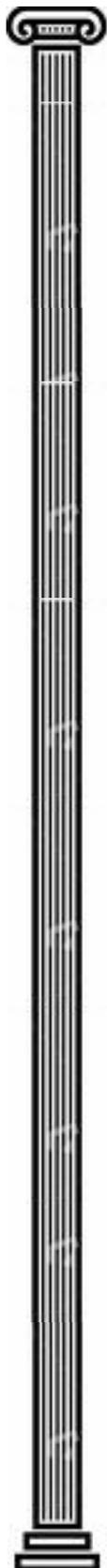
1789 - A abertura do mundo contemporâneo

“Liberdade, igualdade e fraternidade. Isto,
e nada mais!”
(Robespierre, 1789)

A Revolução Francesa é constituída por múltiplas histórias, mas a primeira referência feita pelos historiadores é quase sempre à sua capacidade de promover a ruptura com os resquícios do feudalismo e os regimes absolutistas para fundar as bases da história contemporânea. Porém, outras palavras devem remeter a esse momento: constituição, voto, divórcio, leis agrárias, república e democracia. Bandeiras atuais e que foram agitadas há mais de dois séculos pelos revolucionários franceses, ideais pelos quais muitos pagaram com a própria vida na era das revoluções europeias que abalaram o mundo.

O historiador Carlos Guilherme Mota escreve que em apenas dez anos, de 1789 a 1799, deram-se acontecimentos emblemáticos, que abarcam múltiplas visões históricas com impacto sobre a política, a arte, a filosofia, a literatura, entre outros, “que se repetem, aqui e acolá, com novas roupagens e freqüentemente com muitas farsas” (MOTA, 1989, p. 80). Tais “disfarces” históricos podem ser revisitados sempre que um historiador afirma que a Revolução Francesa foi essencialmente burguesa sem mencionar que os revolucionários que fizeram a empreitada mais difícil e singular desse processo foram as massas populares urbanas esfomeadas, a pequena burguesia radical, os pequenos proprietários, profissionais liberais independentes e uma parcela do campesinato ainda imersa na servidão, indivíduos que se mobilizaram para deitar abaixo o Antigo Regime (MOTA, 1989, p. 70). A França

“A Revolução Francesa exportou as suas idéias de liberdade, igualdade e fraternidade. Nós somos como somos, votamos, escrevemos cartas aos jornais, organizamos manifestações, pressionamos o congresso, conquistamos o habeas corpus, porque houve a Revolução Francesa. Diante do sinal vermelho todos são iguais. A nossa memória histórica alimenta-se do seu imaginário.” (ECO, 1989, p. 153)



desse período viria a ser, juntamente com os Estados Unidos da América, um dos centros irradiadores das idéias democráticas, do surgimento de lutas populares e do embate teórico entre as mais diversas correntes de pensamento social e político.

Entre os fatores que explicam a Revolução Francesa e o seu aprofundamento ideológico estão algumas causas que, quando somadas, sugerem que a apropriação dos seus resultados pela burguesia não é suficiente para que se apague desse processo o vigor dos movimentos populares rurais e urbanos que lhe deram sustentação, cujas lutas foram motivadas mais pela miséria e pela fome do que por alguma ideologia política:

A crise do Antigo Regime e a eclosão da Revolução deram-se em larga medida à conjuração de uma série de fatores como miséria, fome, desemprego, carestia, novas concepções de sociedade, de cultura e de política e um significativo aumento populacional – além das más colheitas de 1788, o que elevou brutalmente o preço do pão em 1789. A nobreza reage à crise, ensaiando reformas e provocando uma série de conflitos que desembocam na convocação dos Estados Gerais em 1788 e, estes, na Revolução. (MOTA, 1989, p. 72)

Sabendo-se que no transcurso da Revolução Francesa ocorreram episódios e fases que a tornaram um modelo clássico, com uma seqüência de etapas definidas – a mobilização e a reação ao Antigo Regime, a convocação de uma Assembléia Constituinte, a Tomada da Bastilha, a prisão e execução do rei absolutista, a abolição dos direitos feudais e a proclamação da República –, é preciso considerar esses aspectos ao observar o desdobramento e a exportação desse modelo de Revolução para quase toda a Europa e também para a América.

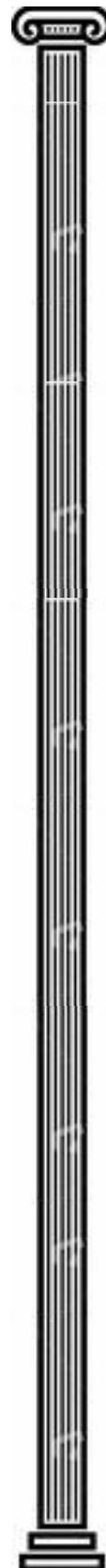
Sabendo-se que no transcurso da Revolução Francesa ocorreram episódios e fases que a tornaram um modelo clássico, com uma seqüência de etapas definidas – a mobilização e a reação ao Antigo Regime, a convocação de uma Assembléia Constituinte, a Tomada da Bastilha, a prisão e execução do rei absolutista, a abolição dos direitos feudais e a proclamação da República –, é preciso considerar esses aspectos ao observar o desdobramento e a exportação desse modelo de Revolução para quase toda a Europa e também para a América.

A Revolução Francesa inaugurou nas demais nações ocidentais o debate teórico sobre o socialismo e liberalismo, o proletariado e a burguesia, a industrialização e o neocolonialismo, ao mesmo tempo em que pautou os direitos humanos, o desenvolvimento dos estados e das nações e o surgimento de novas ciências. A compreensão desse momento histórico é fundamental pela universalidade dos seus ideais, bem como pela riqueza do seu imaginário político e social.

As múltiplas histórias da Revolução Francesa

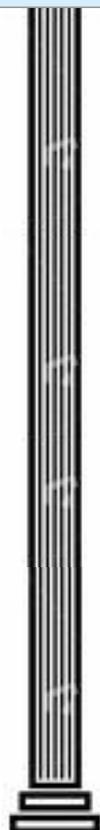
“Espero ter escrito este livro sem preconceito, mas não pretendo tê-lo escrito sem paixão.” (Alexis de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*)

Para que se possa apresentar as principais questões relacionadas aos estudos sobre a Revolução Francesa de 1789, sobre a qual já foram escritas muitas e divergentes histórias, partir-se-á de interpretações apresentadas em obras referenciais da historiografia e do pensamento social da contemporaneidade, a começar por Alexis de Tocqueville e seu livro *O Antigo Regime e a Revolução*, publicado originalmente na França, em 1856. A obra sugerida como ponto de partida para os estudos sobre a Revolução Francesa





Esquadrinhai todos os anais da história, não encontrareis uma única revolução política que tivesse esse mesmo caráter: só o encontrareis em certas revoluções religiosas [...]. A Revolução Francesa operou com relação a este mundo, precisamente como as revoluções religiosas agem com vistas ao outro; considerou o cidadão de um modo abstrato, apartado de todas as sociedades particulares, assim como as religiões consideram o homem em geral, independentemente do país e da época. Não indagou apenas qual era o direito particular do cidadão francês, mas quais eram os deveres e os direitos gerais dos homens em matéria política. (TOCQUEVILLE, 2009, p. 13-15)



constitui um corpo de referências selecionado a partir de alguns motivos singulares que colaboram no sentido de que se possa compreender o processo revolucionário por meio de uma abordagem clássica que contribui para a interpretação crítica das múltiplas histórias da Revolução Francesa.

Tocqueville começou a escrever sua obra em 1850, com alguns objetivos específicos. Queria primeiramente explicar porque um processo, preparado em quase todo o continente europeu, eclodiu na França e não em outro lugar; em seguida, pretendia compreender porque a Revolução surgiu como que espontaneamente da sociedade que iria destruir; e, finalmente, o autor investigou como a antiga monarquia pode cair de modo tão completo e tão súbito. Colocados tais questionamentos, em seus primeiros estudos sobre a Revolução, Tocqueville observou que os revolucionários franceses alargaram a distância do presente com o passado e com todas as instituições que representavam o Antigo Regime:

Os franceses fizeram em 1789 o maior esforço que um povo já empreendeu, a fim de, por assim dizer, cortarem em dois seu destino e separarem por um abismo o que haviam sido até então do que queriam ser dali em diante. Com esse objetivo tomaram toda espécie de precauções para não levarem para sua nova condição coisa alguma do passado; impuseram a si mesmos toda a sorte de coerções para se moldarem diferentemente de seus pais; enfim, nada esqueceram para se tornarem irreconhecíveis. (TOCQUEVILLE, 2009, p. XLI)

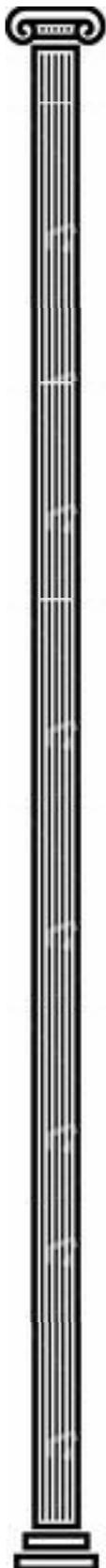
Ao começar a escrever sessenta anos após aquele que é considerado o início da Idade Contemporânea, Tocqueville olhou os revolucionários de uma distância menor que os estudiosos posteriores. Tal proximidade foi suficiente para

que reconhecesse nessas pessoas um princípio anárquico em comum, não somente porque queriam tomar o poder para constituir uma nova forma de governo, antes disso, porque queriam abolir todas as instituições sociais, todas as formas de poder e todas as tradições existentes na sociedade (TOCQUEVILLE, 2009, p. 11). Os insurgentes de 1789 pretendiam, a qualquer custo, tomar o futuro nas mãos e, para isso, era necessário que destruíssem a hierarquia e a ordem social do Antigo Regime, deitando-o ao chão e reconstruindo sobre seus escombros uma nova sociedade, que em nada lembrasse o passado:

Como seu objetivo não foi apenas mudar um governo antigo e sim abolir a forma antiga da sociedade, a Revolução Francesa teve de atacar simultaneamente todos os poderes estabelecidos, demolir todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os usos e, por assim dizer, esvaziar o espírito humano de todas as idéias nas quais se haviam fundamentado até então o respeito e à obediência. Daí seu caráter tão singularmente anárquico. (TOCQUEVILLE, 2009, p. 11)

Outra característica apontada por Tocqueville é o caráter religioso e universal da Revolução Francesa, o que, em um primeiro momento, parece contraditório, uma vez que os filósofos iluministas do século XVIII voltaram-se com uma espécie de fúria contra a Igreja, atacaram o clero, a hierarquia, as instituições e os dogmas (TOCQUEVILLE, 2009, p. 9). O autor entende que essa guerra contra a religião não ocorria porque os sacerdotes detinham o monopólio do reino dos céus, mas porque eram proprietários, senhores, dizimeiros e administradores das coisas deste mundo. Tocqueville entende que essa luta aberta contra o clero pode ser considerada natural diante do fato de que a Igreja ocupava o lugar mais privilegiado na velha sociedade que os





revolucionários queriam reduzir a pó (TOCQUEVILLE, 2009, p. 13). Mesmo com o furor do seu discurso contra a religião, ao defender direitos humanos que pudessem ser adotados por todos os homens, independentemente de sua condição econômica, cor, raça ou credo, a Revolução Francesa definiria seu caráter religioso e universal. Sobre sua universalidade, Tocqueville escreveu:

Desde a queda do império romano não se via no mundo um poder semelhante. Todas as revoluções civis e políticas tiveram uma pátria e nela se confinaram. A Revolução Francesa não teve território próprio; mais ainda, de certa forma, seu feito foi apagar do mapa todas as antigas fronteiras. [...] Ela formou, acima de todas as nacionalidades particulares, uma pátria intelectual comum da qual os homens de todas as nações puderam tornar-se cidadãos. (TOCQUEVILLE, 2009, p. 13)

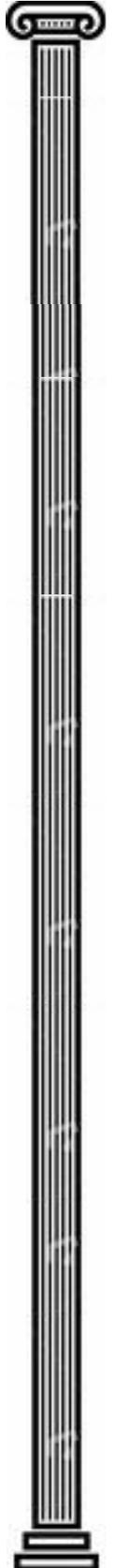
Após identificar as contradições formuladas sobre a Revolução Francesa e concluir que seu objetivo final não era, como se acreditou inicialmente, abolir o poder religioso e debilitar o poder político, entendeu-se que os revolucionários defendiam a liberdade e a tolerância religiosa e que pretendiam a mais ampla participação política. Para tanto, estavam dispostos a romper drasticamente com o passado e derrubar as antigas instituições que por toda a Europa estavam em ruínas. Tocqueville define o desejo de uma maior igualdade social como a principal motivação dos revolucionários:

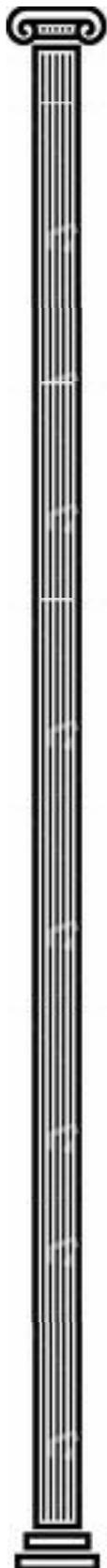
A Revolução não foi feita, como se acreditou, para anular a soberania das crenças religiosas; apesar das aparências, foi essencialmente uma revolução social e política; e, no círculo das instituições dessa espécie, não tendeu a perpetuar a desordem, a torná-la como que estável e metodizar a anarquia e sim a aumentar a força e os

direitos da autoridade pública. [...]. Quando a separamos de todos os acidentes que momentaneamente lhe mudaram a fisionomia em diferentes épocas e em diversos países e a consideramos apenas em si mesma, vemos claramente que essa revolução teve como único efeito abolir aquelas instituições políticas que, durante vários séculos, haviam reinado soberanas sobre a maioria dos povos europeus e que habitualmente são chamadas de instituições feudais, para substituí-la por uma ordem social e política mais uniforme e mais simples que tinha como base a igualdade de condições. Isso era suficiente para fazer uma revolução imensa. (TOCQUEVILLE, 2009, p. 23-24)

Ao investigar porque os direitos feudais tornaram-se insuportáveis para os franceses, o autor argumenta que a situação dos camponeses no século XVIII era muitas vezes pior do que a realidade medieval do século XIII. Para o autor, isso ocorre porque as transformações ocorridas na Europa desintegraram as formas homogêneas do feudalismo, e o Antigo Regime, ao eliminar a liberdade política e promover a separação de classes, no campo e na cidade, causou todas as doenças sociais das quais viria a morrer. Com o fim de propiciar aos leitores referenciais sobre a eclosão da Revolução na França, o autor traça um panorama do feudalismo em diversas regiões da Europa e evidencia que as diferenças existentes entre um e outro comprovam a situação caótica de suas instituições. Para ele o historiador que tentasse entender a Revolução olhando apenas para a França, jamais compreenderia a magnitude desse processo.

Segundo ele, a perda da homogeneidade do sistema feudal no final do século XVIII era tão evidente que, enquanto em alguns Estados a servidão já havia sido completamente abolida, na maioria dos reinos o povo





continuava preso à gleba como na Idade Média (TOCQUEVILLE, 2009, p. 30). O território que viria a constituir a Alemanha mantinha em 1788 o regime feudal mais tradicional. O camponês não podia deixar seu senhor, nem mudar de profissão ou se casar sem seu consentimento. Sua vida não lhe pertencia, a maior parte do seu tempo era dedicada ao serviço nas terras do senhorio e todos os impostos medievais continuavam sendo cobrados. Esse comportamento pode justificar a unificação e a industrialização tardia da Alemanha no século XIX.

A Inglaterra de 1789, em franco processo de industrialização e com um desenvolvimento agrícola considerado o mais aperfeiçoado e rico do mundo, era governada pelos maiores proprietários de terras. Os vestígios feudais estavam semiapagados, as cobranças de pedágio praticamente eliminadas e os trabalhadores tinham forjado os primeiros movimentos sociais rurais e urbanos. Porém, esses fatores não impediam que alguns direitos feudais, como dízimos ou prestações perpétuas, ainda existissem, em parte, entre os ingleses (TOCQUEVILLE, 2009, p. 37). Enfim, enquanto alguns camponeses eram proprietários de terra e outros tinham regalias junto aos senhores, outros ainda suportavam sujeições das quais não conseguiam se libertar.

Em Portugal, reino que surgira na Baixa Idade Média no momento de crise do feudalismo, as características mais severas do sistema não se fizeram sentir. Os servos podiam migrar, deixar seu senhor e mudar de profissão de acordo com a necessidade de povoar o reino ibérico, cultivar a terra e garantir a segurança de suas fronteiras.

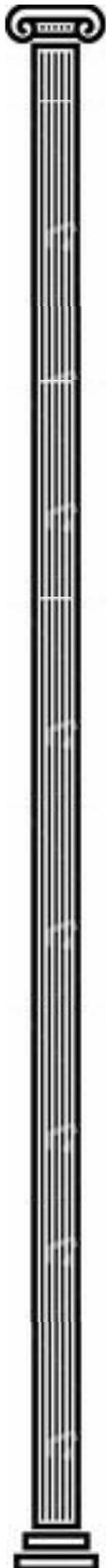
Já na França o camponês não apenas deixara de ser servo, mas se tornara proprietário fundiário. A divisão de heranças promovida pelos reis ditos bárbaros, com terras para todos os filhos, havia esfacelado o reino em uma imensidade de pequenas propriedades rurais. Nesse aspecto,

Tocqueville alerta que atribuir a divisão da propriedade à Revolução é um erro dos historiadores, uma vez que esse processo a antecede. O feito dos revolucionários teria sido lavrar as atas definitivas de posse de terras que já haviam sido compradas, além de desapropriar e vender ou doar terras pertencentes aos nobres e ao clero, que, na maioria dos casos, foram adquiridas por pessoas que possuíam outras áreas (TOCQUEVILLE, 2009, p. 33). A conquista mais expressiva da Revolução no que diz respeito à posse da terra teria sido a libertação dos pequenos proprietários que eram coagidos e que suportavam sujeições quanto ao cultivo e à comercialização de sua produção, sendo que os traços feudais clássicos não eram visíveis porque haviam sido substituídos por outros.

Ao identificar os novos modos de supressão dos direitos dos camponeses, Tocqueville irá responder uma das grandes questões propostas em sua obra. Por que, se os camponeses franceses haviam conseguido os maiores avanços com relação ao feudalismo, a Revolução ocorreu na França e não na Inglaterra, na qual a Revolução Industrial tinha sido encaminhada com passos mais largos?

Para responder a essa questão, Tocqueville investiga as causas das rebeliões e das revoltas camponesas que antecederam a Revolução Francesa. O autor é citado por Hayden White em *Meta-história*, um estudo sobre o pensamento historiográfico do século XIX, como “o virtual fundador da história social e o protótipo dos modernos sociólogos históricos como Émile Durkheim e Max Weber” (WHITE, 1995, p. 152). Para White, Tocqueville juntamente com Michelet, Ranke e Burckhardt, pode ser visto como autor de diversos padrões de reflexão histórica, um cientista capaz de realizações originais na escrita da história e modelo alternativo do que uma historiografia realista poderia ser (WHITE, 1995, p. 52), o que o torna um dos mais expressivos historiadores realistas oitocentistas.





Tocqueville estudou a forma trágica e radical, por vezes irônica, da luta dos camponeses pela terra e da contradição presente na questão da sua posse. Para o autor, se não tivesse possuído o solo, o camponês francês teria permanecido insensível aos encargos feudais. Foi justamente a propriedade de uma pequena porção de terra que conduziu o campesinato à Revolução. O realismo do autor está expresso na descrição das relações dos camponeses franceses com a terra e nos seus sentimentos quanto à sobrevivência do feudalismo medieval na sociedade moderna. No texto que segue manifesta-se a vertente trágica e radical de Tocqueville.

LEITURAS ESSENCIAIS

Porque na França os direitos feudais haviam se tornado mais odiosos para o povo do que em todos os outros lugares

O camponês francês do século XVIII estava tão apaixonadamente enamorado da terra que destina a comprá-la todas as suas economias e compra-a a qualquer preço. Para adquiri-la precisa primeiramente pagar um direito, não ao governo, mas a outros proprietários da vizinhança, tão alheios quanto ele à administração dos assuntos públicos e quase tão impotentes quanto ele. Por fim a possui; nela enterra seu coração junto com as sementes. Esse pedacinho de chão que no vasto universo lhe pertence exclusivamente enche-o de orgulho e de independência. Entretanto surgem os mesmos vizinhos, que o arrancam de seu campo e obrigam-no a ir trabalhar em outro lugar, sem salário. Quando tenta defender suas sementes contra a caça deles, impedem-no; esses mesmos esperam-no na passagem do pedágio. Encontra-os de novo no mercado, onde lhe vendem o direito de vender seus próprios produtos. E quando de volta ao lar quer alimentar-se com o restante de seu trigo, desse trigo que cresceu ante seus olhos, e por suas mãos, é obrigado a levá-lo para moer no

moinho e assar no forno daqueles mesmos homens. É proporcionando rendas para eles que uma parte do rendimento de seu pequeno domínio se esvaiu, e essas rendas são imprescritíveis e irregatáveis.

Faça o que fizer, em toda parte ele depara com esses vizinhos incômodos que vem estragar seu prazer, atrapalhar seu trabalho, comer seus produtos; e, quando finalmente se livra deles, outros se apresentam, vestidos de preto, que lhes tomam a maior parte da colheita. Imaginai a situação, as necessidades, o caráter, as paixões desse homem e calculai, se puderdes, os tesouros de ódio e de inveja que se acumularam em seu coração.

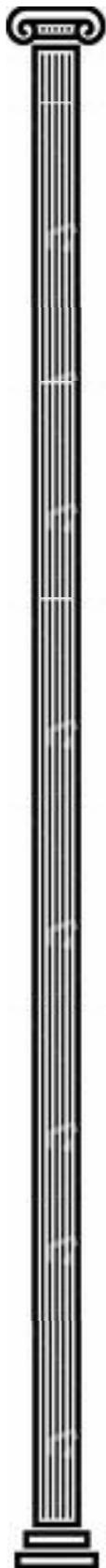
A feudalidade continuava a ser a maior de todas as instituições civis e deixara de ser uma instituição política. Assim reduzida, excitava muito mais ódios ainda; e pode-se dizer com razão que abolir uma parte das instituições da Idade Média tornara sem vezes mais odioso o que delas restava.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 38-39.

A questão da distribuição de terra entre todos os herdeiros reais e não apenas para o primogênito, como era costume nos Estados europeus, fez com que a terra fosse pulverizada e não concentrada, o que permitiu o surgimento de médias e pequenas propriedades. E seriam justamente os camponeses que possuíam apenas um pequeno pedaço de terra que fariam eclodir o processo revolucionário. O autor sugere que, para adonar-se da terra e dos direitos dela decorrentes, homens e mulheres não hesitaram em enfrentar uma luta que levaria à destruição do Antigo Regime.

A leitura do texto sugere que, para Tocqueville, a escrita da história deveria contemplar, além dos documentos, as relações de poder estabelecidas socialmente e as formas de resistência encontradas pelos camponeses, dos quais ele procura ler e interpretar os sentimentos e as emoções causadas pela opressão feudal. Segundo o autor, a





paixão do camponês pelo seu pedaço de chão e pelos frutos do seu trabalho estava acesa de tal modo que excitou no coração do povo uma rebelião tão forte contra os séculos de opressão senhorial que acabou por parir uma revolução radical que obscureceu tudo o que não destruiu (TOCQUEVILLE, 2009, p. 33).

Para entender o significado dessa ruptura com o feudalismo, Tocqueville recorda que as instituições do Antigo Regime estavam entrelaçadas por meio de leis religiosas e políticas ainda feudais e também por laços simbólicos aparentemente perenes que envolviam “uma infinidade de idéias, de sentimentos, de hábitos e de costumes, que lhes eram como que aderentes” (TOCQUEVILLE, 2009, p. 24). Com esse olhar criterioso, compreende que para tratar de questões relacionadas à propriedade da terra e aos direitos feudais, foi necessário provocar um estado de estremecimento tão forte que abalasse para sempre as bases da antiga sociedade e que permitisse romper com tudo o que ela representava. Tocqueville, na citação abaixo, procura sintetizar o que para ele seria a principal obra da Revolução Francesa:

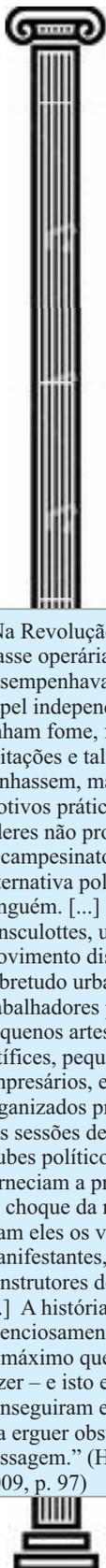
Foi necessária uma terrível convulsão para destruir e extrair bruscamente do corpo social uma parte que estava agarrada assim a todos os seus órgãos. Isso fez a Revolução parecer maior do que era; parecia destruir tudo, pois o que destruía estava ligado a tudo e de certo modo incorporava-se a tudo. [...]. O que a Revolução foi menos que tudo é um acontecimento fortuito. Pegou o mundo de surpresa, é bem verdade, e, entretanto era apenas o complemento do mais longo trabalho, o encerramento súbito e violento de uma obra na qual dez gerações de homens havia trabalhado. Se não tivesse acontecido, o velho edifício social não teria deixado de cair em todo lugar, aqui mais cedo, ali mais tarde; apenas teria continuado a cair parte por parte em vez de desmoronar de uma só

vez. A Revolução concluiu bruscamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precaução, sem complacência, o que teria se encerrado pouco a pouco por si mesmo. Essa foi sua obra. (TOCQUEVILLE, 2009, p. 25)

Após a leitura de um clássico no qual estão diversos pressupostos sobre a Revolução Francesa, passaremos às considerações recentes feitas pelo historiador Eric Hobsbawm em *A era das revoluções*, livro no qual procura identificar o papel dos revolucionários franceses no mundo industrial em expansão. Para o autor, enquanto a Inglaterra fornecia o modelo para as ferrovias e as fábricas e rompia com as estruturas sócio-econômicas tradicionais, a França a partir das suas idéias teve forte influencia ideológica e política praticamente sobre todas as nações européias que adotaram bandeiras tricolores, defenderam os princípios da Declaração dos Direitos Humanos e colocaram na ordem do dia os conflitos entre princípios liberais, radicais ou democráticos (HOBSBAWM, 2009, p. 83). Nesse período a França elaborou códigos legais, modelos administrativos e científicos e ideais revolucionários que abalaram os velhos regimes da Europa por meio de intensas agitações políticas (HOBSBAWM, 2009, p. 84). As conseqüências da Revolução foram amplas e profundas, foi a primeira revolução social de massa e o mais radical dos levantes até então ocorridos (HOBSBAWM, 2009, p. 85).

Hobsbawm concorda com o pensamento de Tocqueville quanto ao aspecto ecumênico e universal da Revolução, mas discorda dos seus estudos sobre o contexto europeu da época, enquanto procura observar especificamente a questão interna dramatizada pelo enfrentamento do proletariado e dos camponeses com a nobreza feudal, a alta aristocracia e a monarquia, todas falidas economicamente e politicamente. O historiador





“Na Revolução Francesa, a classe operária ainda não desempenhava qualquer papel independente. Eles tinham fome, faziam agitações e talvez sonhassem, mas por motivos práticos seguiram líderes não proletários. [...] O campesinato não fornecia alternativa política para ninguém. [...] Os sansculottes, um movimento disforme, sobretudo urbano, de trabalhadores pobres, pequenos artesãos, lojistas, artífices, pequenos empresários, etc. [...] eram organizados principalmente nas sessões de Paris e nos clubes políticos locais e forneciam a principal força de choque da revolução – eram eles os verdadeiros manifestantes, agitadores, construtores de barricadas. [...] A história se movia silenciosamente contra eles. O máximo que podiam fazer – e isto eles conseguiram em 1793-94 – era erguer obstáculos à sua passagem.” (HOBSBAWM, 2009, p. 97)

entende ainda que a independência dos Estados Unidos da América, separando-se da Inglaterra, foi a causa direta do fracasso da monarquia francesa. Sua intervenção militar ao mesmo tempo em que garantiu o sucesso da Revolução Americana permitiu a eclosão da Revolução Francesa e o fim do regime monárquico.

Outro aspecto a ser considerado é que Hobsbawm amplia a discussão acerca da participação popular, pois além da importância dada aos camponeses, ao proletariado e aos intelectuais inclui as demais camadas da população que não eram nobres e nem membros do clero. Dessa forma, além dos trabalhadores da terra e da indústria, em sua maioria pobres, o autor destaca a participação da classe média que colocou na arena das disputas as suas exigências políticas. Tal classe queria uma constituição, mas ao mesmo tempo temia a República democrática, o que a teria levado para a composição com a oligarquia possuidora de terras. Esse fato foi decisivo para a derrota da classe operária e para a vitória da burguesia liberal que aproveitou a insurreição das massas e sua desorganização em seu benefício.

Após a derrota das camadas populares e dos seus principais movimentos, tais como os jacobinos, sansculottes, hebertistas, erangés e dantonistas, sobre os quais falaremos mais detalhadamente no decorrer deste livro, com a prisão e morte dos seus principais líderes, entre eles Maximilien-Marie Robespierre, Louis-Antoine Saint-Just, Jean-Paul Marat, Jacques-René Hebert, Georges-Jacques Danton e Camille Desmoulins, entre 1789 e 1794, ocorreu um processo que, em 1799, levou Napoleão Bonaparte ao poder por meio do golpe de Estado, do 18 Brumário. Desse modo, o general conquistou o consulado e em 1800 proclamou-se imperador, colocando fim à Primeira República francesa.

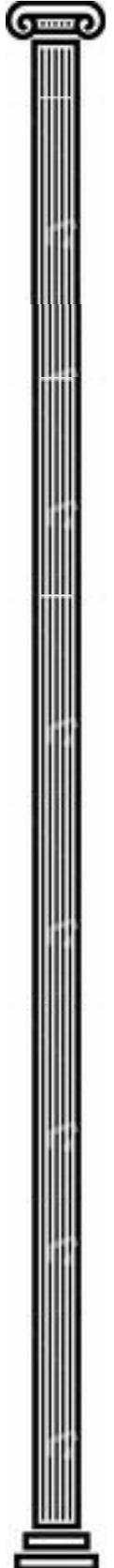
O 18 Brumário de 1799

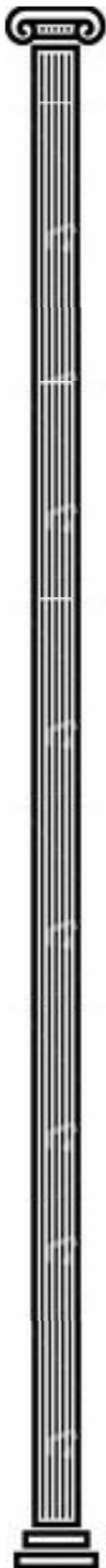
“Muito mais que um conjunto de sangrentos combates, as Guerras Napoleônicas foram o marco histórico de uma grande mudança rumo a um outro mundo.” (Marco Mondaini, *História das Guerras*)

O historiador Marco Mondaini, em *Guerras Napoleônicas*, explica que as batalhas travadas por Napoleão fizeram parte de uma guerra de transição, a última guerra do “velho mundo” e a primeira guerra do “novo mundo”, e que sua experiência mudou a história política e militar em nível global (MONDAINI, 2009, p. 189). Para ele, três espécies de revolução feitas por classes sociais distintas estavam compactadas dentro da Revolução Francesa:

a) uma “revolução aristocrática” que objetivava a descentralização além da autonomia local; b) uma “revolução burguesa” que visava extirpar os obstáculos existentes para a produção e afirmar o direito inalienável à propriedade privada; c) uma “revolução popular”, de um lado urbana, voltada para a imediata melhoria das condições de existência e da situação do trabalho, e de outro lado rural, direcionada para a conquista da posse da terra e a erradicação da servidão. (MONDAINI, 2009, p. 192)

O autor entende que a concepção dessas três revoluções é fundamental para que se compreenda as idas e vindas do processo revolucionário, cujos acontecimentos podem ser divididos em três eras: a era das constituições (1789-1792), dominada pelos Estados Gerais em luta contra a tentativa de estabelecimento de uma monarquia constitucional; a era das antecipações (1792-1794), conhecida como período do Terror, sob comando dos





jacobinos com o objetivo de impedir o fracasso econômico e bélico da Revolução; e, finalmente, a era das consolidações (1794-1815), marcada pelo advento dos interesses burgueses e a derrota dos principais ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade.

Foi exatamente nessa terceira etapa das relações entre a Revolução Francesa e a Europa que, de uma maneira arrebatadora, o general Bonaparte se transformou no imperador Napoleão, ao mesmo tempo em que a República Francesa se transmutou em Império Francês, o Império Napoleônico. Então, os ideais libertadores inicialmente presentes no projeto dos revolucionários franceses cedem espaço aceleradamente à vontade expansionista de conquistar o maior número possível de territórios, submetendo suas populações ao jugo francês. (MONDAINI, 2009, p. 194)

Por sua vez, para Hobsbawm, os historiadores contribuíram com a construção de uma história oficial ou nacional do “grande império napoleônico”, escrita muitas vezes de forma panfletária (HOBSBAWM, 2009, p. 111), com a finalidade única de exaltar a face liberal e burguesa da Revolução Francesa. Para ele, tal produção historiográfica tinha como principal objetivo apagar da memória do povo francês o radicalismo dos revolucionários de 1789. O historiador inglês entende que o mito napoleônico foi forjado pela nobreza, a aristocracia e a burguesia, que durante um século mantiveram seu busto ou seu retrato em exposição em locais públicos e em salas particulares, ao mesmo tempo em que estimularam a redação, a publicação e a divulgação de inúmeras obras que faziam crer que Napoleão era o deus-sol da Idade Contemporânea (HOBSBAWM, 2009, p. 111), cercado por vitórias militares, propaganda política e inegável carisma.

Mesmo assim, o autor explica que apesar de Napoleão ter sido um homem brilhante, versátil, inteligente e criativo como preconiza sua biografia e que como general e governante fosse estrategista e eficiente, seu mito baseia-se, além das histórias forjadas pela contra-revolução, em sua história de vida e feitos reais, mesmo que a consequência de tais obras tenha sido o fim dos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade.

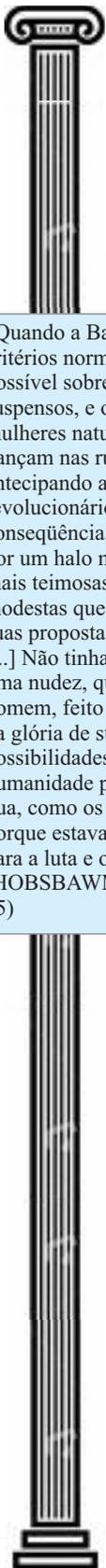
LEITURAS ESSENCIAIS

Napoleão Bonaparte: sobre como foi forjado o primeiro mito do século XIX

O mito napoleônico baseia-se menos nos méritos de Napoleão do que nos fatos, então sem paralelo, de sua carreira. Os homens que se tornavam conhecidos por terem abalado o mundo de forma decisiva no passado tinha começado como reis, como Alexandre, ou patrícios, como Júlio Cezar, mas Napoleão foi o “pequeno cabo” que galgou o comando de continente. [...] Para os franceses ele foi também algo bem mais simples: o mais bem-sucedido governante de sua longa história. Triunfou gloriosamente no exterior, mas, em termos nacionais também estabeleceu ou restabeleceu o mecanismo das instituições francesas como existem até hoje. Reconhecidamente, a maioria de suas idéias – talvez todas – foram previstas pela Revolução e o Diretório; sua contribuição pessoal foi fazê-las um pouco mais conservadoras, hierárquicas e autoritárias. [...] A hierarquia dos funcionários – a partir dos prefeitos, para baixo – das cortes, das universidades e escolas, foi obra sua. As grandes carreiras da vida pública, o exército, o funcionalismo público, a educação e o direito ainda tem formas napoleônicas.

Ele destruíra apenas uma coisa: a Revolução Jacobina, o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade, do povo se erguendo na sua grandiosidade para derrubar a opressão. Este foi um mito mais poderoso do que o dele, pois, após a sua queda, foi isto e não a sua memória que inspirou as revoluções do século





XIX, inclusive em seu próprio país.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p.112-113.

Liberdade, igualdade e fraternidade?

“Existem várias revoluções dentro da Revolução e muitas histórias sobre a história da Revolução Francesa”. (Carlos Guilherme Mota, *Histórias da história*)

“Quando a Bastilha cai, os critérios normais do que é possível sobre a terra são suspensos, e os homens e as mulheres naturalmente dançam nas ruas antecipando a utopia. Os revolucionários, em consequência, são cercados por um halo milenar, por mais teimosas ou por mais modestas que possam ser suas propostas verdadeiras [...] Não tinham medo de uma nudez, que revelasse o homem, feito por si mesmo, na glória de suas infinitas possibilidades. Sua humanidade permanecia nua, como os atletas gregos, porque estava em posição para a luta e o triunfo.” (HOBSBAWM, 2009, p. 15)

As leituras norteadoras dos nossos estudos sobre o período em questão partem em geral do princípio que todos conhecem os conteúdos básicos para a formação crítica em relação ao tema. Porém, quando está em questão um assunto tão complexo como a Revolução Francesa, algumas informações podem contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, evitando, muitas vezes, que precisemos recorrer a uma série de consultas para verificação de dados mais precisos sobre as fases, as pessoas, os movimentos e as ideologias que permearam a Revolução.

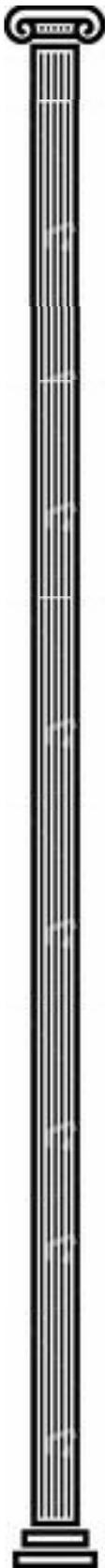
Nesse sentido, nosso objetivo é o de fornecer material para auxiliar na resposta de questionamentos de ordem prática relativos ao nosso conteúdo: quem fez a Revolução Francesa? Por que ocorreu? Quais são as suas fases? O que significa ser jacobino ou girondino? O que foi o 9 Termidor? Por que tantas pessoas foram guilhotinadas? Por que Saint-Just, o mais jovem e rebelde dos revolucionários, foi praticamente excluído das páginas da história? Por que durante tanto tempo Napoleão Bonaparte foi tido como herói da Revolução? Por que a burguesia francesa escolheu Danton e não Robespierre como símbolo da Revolução? O que os revolucionários escreveram na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789? Por que a leitura de Jean-Jacques Rousseau era censurada no Brasil no século XVIII?

Intentando oferecer alternativas simples e objetivas para responder a esses questionamentos tão comuns ao espaço da sala de aula, procuramos apresentar cuidadosamente algumas informações que consideramos básicas e necessárias para todos os professores, bem como para estudantes e pesquisadores interessados em detalhes e curiosidades que facilitem a compreensão sobre as complexidades da Revolução Francesa, uma vez que esse entendimento está estreitamente relacionado às interpretações que faremos dos séculos XVIII e XIX.

As fases da Revolução

1ª Fase – Assembléia (1789-1792): em 1789, a crise econômica e o alto preço dos alimentos aliados aos gastos sem controle da Coroa Francesa causaram revoltas camponesas e motins urbanos que fizeram com que o Rei Luís XVI convocasse os Estados Gerais, os quais, rebelados contra a monarquia, tomaram o poder e denominaram-se primeiramente Assembléia dos Comuns e posteriormente Assembléia Nacional Constituinte. Em 14 de julho, ocorreu a Tomada da Bastilha, com a participação de homens e mulheres em busca de parentes e amigos. Em 20 de julho, iniciou-se o Grande Medo, provocado por uma insurreição, na qual os camponeses incendiavam castelos de antigos senhores feudais para saquear alimentos e queimar dívidas antigas. Em 26 de agosto, votou-se a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. No ano seguinte, a Assembléia Constituinte exigiu do Clero o juramento de fidelidade à Constituição laica. Em 1791, a fome e a falta de alimentos geraram novos motins populares. As relações entre os revolucionários, o clero e a monarquia estavam desgastadas. O rei tenta fugir e é feito prisioneiro em 21 de junho. Em 1792, após rupturas entre os movimentos





revolucionários, no dia 10 de agosto, o povo invadiu o Palácio Real (Palais Royal) e derrubou o trono em um movimento conhecido como Insurreição de Paris.

2ª Fase – Convenção Jacobina (1792-1794): depois da vitória popular de agosto e com a tarefa de decidir a sorte do rei e elaborar uma constituição para abolir a Monarquia, iniciou-se na França o período conhecido como Convenção. A nova Assembléia constituiu-se a partir de eleições teoricamente baseadas no sufrágio universal, uma vez que na prática 80% dos franceses não puderam votar. Essa fase durou de setembro de 1792 até julho de 1794, tendo no centro do Parlamento a planície, à esquerda os jacobinos e os montanheses e à direita os girondinos, sob a liderança de Robespierre e Saint-Just. Nesse período, também conhecido como a Fase do Terror, marcado pelo uso da guilhotina, aprovou-se o divórcio, a liberdade de culto, as leis agrárias, a laicidade do Estado, a abolição da Monarquia, a proclamação da República e o sufrágio universal. Instituiu-se o Tribunal Revolucionário e decretou-se a pena de morte para todos os que fossem julgados e considerados traidores da Revolução. Entre os executados dessa fase estão o rei Luís XVI, a rainha Maria Antonieta, bem como diversos líderes girondinos, hebertistas e dantonistas.

3ª Fase – Convenção Girondina : a terceira fase da Convenção foi bastante curta, começou com a morte de Robespierre, Saint Just e seus partidários em julho de 1794 (9 Termidor) e prosseguiu até a posse do Diretório em novembro de 1795. Nesse período os girondinos assumiram o poder, promoveram a separação de fato entre a Igreja e o Estado e o fechamento do Clube dos Jacobinos. A segunda medida provocou três tentativas de insurreições populares em Paris, nos meses de abril, maio e outubro. Para detê-las, os girondinos, com apoio do exército liderado por Napoleão

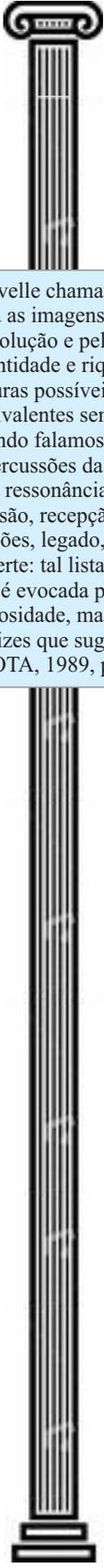
Bonaparte, promoveram a repressão antiterrorista com o desarmamento das massas, prisões e mortes das lideranças de oposição, entre outros atos que levaram ao fim do movimento popular revolucionário.

4ª Fase – Diretório (1795-1799): assembléia que sucedeu a Convenção e concedeu ao Poder Legislativo o Conselho dos Quinhentos e o Conselho dos Anciões. O executivo era exercido por diretores eleitos pelas Câmaras, com mandato de um ano. O golpe de Estado de Napoleão Bonaparte suspendeu as atividades do Diretório. Seu governo colocou fim aos sonhos revolucionários, promoveu o fechamento dos clubes e das associações políticas, bem como de qualquer espécie de sociedades populares. Bonaparte restabeleceu o culto católico, suprimiu o governo revolucionário e todas as leis por ele emanadas. Coroou-se imperador da França e deu início ao período do Consulado.

9 Termidor (1794): o dia 9 Termidor, 27 de julho de 1794, é a data que assinala a queda de Robespierre, de Saint-Just e de seus seguidores jacobinos, graças à conspiração de deputados girondinos com o apoio dos hebertistas. Após a execução das lideranças jacobinas, seus clubes são fechados e os militantes perseguidos. O governo revolucionário foi extinto e as leis aprovadas durante a fase jacobina da Convenção foram suspensas.

18 Brumário : golpe de Estado de Napoleão Bonaparte com apoio do Exército e da burguesia financeira representada pelos girondinos, impetrado em 9 de novembro de 1799. O ato colocou fim à Revolução Francesa e à Primeira República e transformou Napoleão em Cônsul da França. Por 15 anos o general comandou os destinos do grande império francês e dominou a cena bélica européia. Sobre o governo de Napoleão, em 1869, Karl Marx escreveu no





prefácio da segunda edição de O 18 Brumário: “Nestes últimos anos, a literatura francesa pôs fim ao mito de Napoleão com as armas da pesquisa histórica, da crítica, da sátira e da ironia.” (MARX, 1997, p. 14)

Dicionário político

“Vovelle chamava a atenção para as imagens da Revolução e pela enorme quantidade e riqueza de leituras possíveis nos equivalentes semânticos quando falamos nas repercussões da Revolução: eco, ressonância, influência, difusão, recepção, impacto, reações, legado, herança. E adverte: tal lista de palavras não é evocada por simples curiosidade, mas pelos matizes que sugerem.” (MOTA, 1989, p. 83)

As referências a seguir têm a finalidade de identificar a ideologia dos grupos políticos que fizeram a Revolução. Essa leitura permitirá observar que 1789 influenciou até mesmo a denominação dos grupos políticos de acordo com seus ideais: esquerda, esquerda radical, extrema esquerda, direita e direita conservadora são termos que conduzem ao imaginário da Revolução Francesa. Conforme veremos em seguida, os jacobinos e os montanheses, que fizeram as mudanças mais radicais e instalaram o período do Terror, sentavam-se à esquerda do Parlamento; a esquerda radical estava composta pelos hebertistas e os enragés, que ocupavam a extrema esquerda do parlamento. Os girondinos ocupavam o lado direito do Parlamento e os indulgentes tinham posição centro-direita. Os sans-culottes integravam as camadas populares que ocupavam o Parlamento durante votações de interesse público e eram comumente chamados de turba, massa, rebeldes ou amotinados. O termo movimentos sociais nasce de suas intensas movimentações e da agitação que causavam por meio de greves, motins e protestos.

Estados Gerais : assembleia representativa das três ordens nacionais: clero, nobreza e terceiro estado, não se reuniam desde 1614. A desastrosa situação das finanças obrigou Luís XVI a convocar os Estados Gerais, no dia 5 de maio de 1789, em Versalhes. A partir de 9 de julho, os Estados Gerais rebeldes foram transformados em Assembleia Nacional Constituinte.

Sans-culottes : denominação dada aos militantes das seções parisienses. O nome, sem calças, refere-se à forma dos trajes, nos quais os culottes setecentistas tinham sido substituídos por pantalonas compridas de pano grosseiro e listrado. A iconografia os representa também com o paletó curto, barrete vermelho, um gorro parecido com os usados na Antiguidade pelos escravos romanos ou pelos marinheiros e condenados das galés do Mediterrâneo. Portavam ainda alabarda, uma antiga lança de madeira com uma ponta de ferro. A iconografia apresenta uma definição social bastante confusa: operários, artesãos, pequenos comerciantes e pequenos proprietários. O historiador francês Daniel Roche considera que os sans-culottes tinham poucas posses e muitas ilusões. Suas mulheres e seus filhos não ficaram indiferentes aos apelos revolucionários, o aprendizado da democracia mobilizou os trabalhadores e desorganizou a economia (ROCHE, 1989, p. 56). O autor conclui que para a maioria foi impossível conciliar o trabalho necessário à sobrevivência material com a militância política.

Jacobinos : o Clube de Paris foi fundado em maio de 1789, em Versalhes, durante a Reunião dos Estados Gerais e fundiu-se posteriormente com a Sociedade dos Amigos da Revolução, estabelecendo sua sede no Convento dos Jacobinos. Depois da divisão entre feullants e girondinos, passou ao comando dos montanhesees. Entre suas lideranças encontram-se Robespierre, Marat e Saint-Just. Na fase jacobina da Convenção, conhecida como o período do Terror, foram aprovadas leis polêmicas para a época, como o sufrágio universal, o divórcio e as leis da reforma agrária. Os líderes jacobinos, entre eles Robespierre e Saint-Just, foram presos e guilhotinados em 1794 sem julgamento e o Clube de Paris foi fechado no mesmo ano. Para o historiador Michel Vovelle, o jacobinismo foi mais do que uma bolha





radical de caráter acidental na história. Ele considera que, mesmo com origens relacionadas às confrarias ou sociedades secretas, entre elas as irmandades maçônicas, o jacobinismo tem uma diferença essencial e um papel histórico imprescindível, o de orientar a transição da política tradicional para experiências de democracia até então inéditas na Europa (VOVELLE, 2000, p. 48). Para o historiador, foram os jacobinos que inauguraram o aprendizado de uma linha política de contato direto com o movimento popular e de participação ativa em estratégias insurrecionais, bem como a eles se devem as primeiras alianças entre trabalhadores urbanos e rurais, além da inspiração para o surgimento do comunismo.

Montanheses : grupo político da Convenção, sentava-se à esquerda na parte mais alta da sala e por isso recebia a denominação de montanha. Composto por mais de cem deputados, quase todos jacobinos, constituía a esquerda da Assembléia. Adversário dos girondinos, grupo composto por maioria burguesa e reformista, organizou o governo revolucionário e inaugurou o período do terror combatendo as facções extremistas, tanto da direita (girondinos e indulgentes), quanto da esquerda (enragés e hebertistas).

Girondinos : agrupamento político que se formou na Convenção em volta dos deputados do Departamento da Gironda. Antimonarquistas e favoráveis à guerra, conseguiram impô-la durante o Ministério Girondino de 1792. No processo contra o rei, embora desejassem salvá-lo, acabaram votando em favor de sua morte. Contrários à política da Comuna de Paris e desejosos de manter a propriedade privada longe das ambições revolucionárias, foram acirrados inimigos dos hebertistas. Após a insurreição dos bairros de Paris controlados pelos montanheses, foram acusados pelos movimentos populares de contribuir para

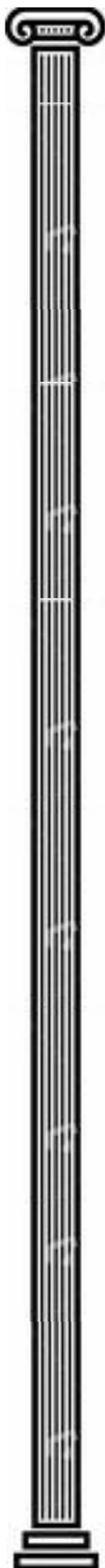
que a Revolução Francesa fosse assumida pela burguesia. Presos e julgados, vinte e dois deputados girondinos foram guilhotinados em 1793. Para Vovelle, os girondinos exaltaram a revolução da liberdade e dos direitos humanos, mas foram contidos em relação à revolução pela igualdade (VOVELLE, 2000, p. 52). O grupo tinha assento ao lado direito do Parlamento Francês.

Comitê de Saúde Pública : substituiu o Comitê de Defesa Geral, em 1793. Tinha funções de ligação entre a Convenção e o governo. Suas deliberações eram secretas e o seu poder total. Composto inicialmente por nove membros, ampliou-se até quatorze e ficou conhecido como o Grande Comitê. Teoricamente subordinado à Convenção, foi de fato o árbitro absoluto dos fatos políticos, dominado de início por Danton e depois por Robespierre. Após a queda de seus líderes, perdeu muito de sua autoridade e desapareceu com o advento da Convenção.

Hebertistas : por esse nome são conhecidos os seguidores da política da Comuna Insurrecional de Paris, seguidores de Jacques René Hébert, antimonarquista, anticlerical e com profunda influência junto aos sans-culottes. Foi feroz acusador de Maria Antonieta e instituiu o culto à Deusa da Razão. Desejosos de agilizar as leis agrárias e promover a morte dos adversários da Revolução, os hebertistas tornaram-se vítimas do radicalismo do seu líder. Foram detidos e tiveram direito a julgamento público. Acusados por Saint-Just de conspirar contra a Convenção e os ideais revolucionários foram guilhotinados em 1794.

Indulgentes : grupo político da Convenção chefiado por Danton e Desmoulins, demonstrou indulgência com relação aos excessos do Terror. Apoiou Robespierre contra os radicais hebertistas, mas ficou contra os jacobinos quando





estes tiveram que lutar contra o avanço da burguesia apoiada pelos girondinos. O momento de ruptura entre Danton e Robespierre marcou a proximidade do fim dos dois líderes da Revolução. Os indulgentes foram eliminados em 1794.

Cordeliers : a Sociedade dos Amigos dos Direitos do Homem e do Cidadão, fundada em abril de 1790, ficou conhecida com o nome do convento onde se reunia. De idéias republicanas, o clube sustentou o sufrágio universal e se colocou à esquerda, fortalecendo os jacobinos. Os seus aliados, aproximadamente quatrocentos, eram na maioria das camadas populares. Entre seus expoentes mais ilustres estavam Marat, Danton e Desmoulins. Depois da morte de Marat, o clube foi dominado por Hébert que o conduziu até posições ultra-revolucionárias. Em março de 1794, com a execução de seus chefes por ordem de Robespierre, a atividade do clube perdeu muito de sua importância.

Feuillants : este clube nasceu de uma dissidência dos jacobinos. Partidários da monarquia constitucional, reuniram-se em 1791, no Convento de Feuillants, para aí instalar aquela que eles consideravam a verdadeira Sociedade dos Amigos da Constituição. Fizeram oposição aos jacobinos e aderiram aos argumentos dos girondinos por meio de negociações com a burguesia francesa. Quando os trabalhadores cobraram um posicionamento do grupo, seus membros sentiram-se pressionados e, para não tomar nenhuma posição no confronto, o clube desapareceu em 1792.

Enragés : nome de um grupo extremista liderado por Jacques Roux, Jan Varlet e Theophile Leclerc. Seu programa era destinado ao resgate das classes mais miseráveis da população e previa o confisco das terras e do trigo, impostos para os ricos e condenação à morte para os especuladores. A

atuação dos militantes era considerada agressiva e violenta e acabava quase sempre com confronto aberto com os girondinos, os feullants e os indulgentes. Os conflitos internos dos grupos políticos, quando externalizados, enfraqueciam a Revolução e, diante desse argumento, após liderar várias manifestações e motins, o enragés foi eliminado em setembro de 1793, conforme processo coordenado pelos deputados girondinos.

Quem fez a Revolução?

Anne-Joséphe de Méricourt (1762-1817): nasceu na Bélgica e chegou a Paris no início da Revolução. Teve importante papel na organização da marcha das mulheres para Versalhes em outubro de 1789. Defendeu a participação das mulheres na luta armada e sugeriu a criação de batalhões femininos chamados de amazonas. Foram inspiradas em sua luta as primeiras representações femininas com o barrete (gorro) vermelho e a bandeira revolucionária. Em 1794, durante a Convenção girondina, foi acusada de insanidade e internada em um sanatório, onde morreu.

Camille Desmoulins (1760-1794): graduado em Letras e Direito, foi um dos jornalistas mais famosos do período revolucionário. Tinha espírito libertário radical e conduziu polêmicas batalhas políticas. Antimonarquista e arquiinimigo dos girondinos, acabou por fazer a vontade de seus adversários quando traiu os jacobinos e aliou-se aos indulgentes na luta contra o Terror.

François-Noel Babeuf (1769-1797): filho de camponeses, autodidata, durante a Revolução concebeu um plano de reformas fiscais publicado com o título de Cadastre Perpetue. Aliado dos jacobinos, votou pelas leis agrárias e contra a propriedade privada. Depois da queda de





Robespierre fundou o Jornal Le Tribun Du Peuple, considerado o primeiro periódico comunista. Foi preso e guilhotinado por envolvimento na Conspiração dos Iguais.

Georges-Jacques Danton (1759-1794): graduado em Direito, aderiu à Revolução desde o primeiro momento. Fundou o Clube dos Cordeliers. Participou do Comitê de Saúde Pública. No período do Terror renunciou aos princípios jacobinos e aderiu aos Indulgentes contra Robespierre e seus seguidores. Segundo Gilles Martinet, Danton era forte, atlético e feio, sensual e preguiçoso. Era um homem intuitivo e de grandes paixões, com talento para a oratória (MARTINET, 1989, p. 34). Danton foi instituído o herói da Revolução Francesa pelos bonapartistas, em virtude do seu apoio à burguesia. Segundo Franco Fortini, os historiadores do século XIX, quando tiveram que escrever sobre a Revolução Francesa, foram orientados por Napoleão Bonaparte para que transformassem Danton em herói. Desde então a máscara de Danton encarna a imagem melodramática do revolucionário preocupado com a humanidade e funciona como antítese simbólica para anestesiar a força histórica dos grandes líderes do movimento revolucionário, que teriam sido Robespierre e Saint-Just (FORTINI, 1989, p. 32).

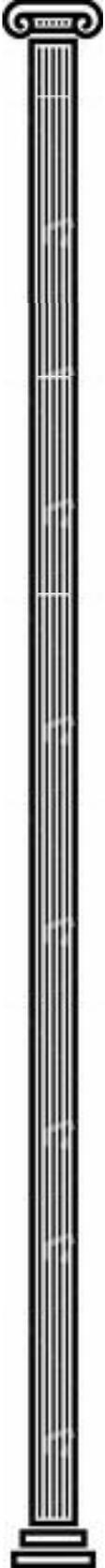
Jacques-René Hébert (1757-1794): filho de joalheiro, fundou um jornal com tom antimonarquista e antireligioso que teve profunda influência junto aos sans-culottes de Paris. Implacável inimigo dos dantonistas, votou em favor da morte do rei e da rainha da França e instituiu o culto à Deusa da Razão. Por suas posições radicais, foi denunciado pelos girondinos e repreendido por Robespierre. Saint-Just defendeu sua prisão por conspiração contra a Revolução. Em retaliação, Hébert entregou os jacobinos ao Ministério Girondino e tornou-se o principal responsável pelo 9

Termidor. Robespierre e Saint-Just foram presos e guilhotinados sem direito a julgamento, pois os girondinos temiam que o povo ficasse em favor dos líderes jacobinos que tinham excelente poder, tanto de oratória quando de convencimento das massas. Hébert também perdeu a cabeça na guilhotina.

Jeanne-Marie de La Platiere (1754-1793): filha de um mestre artesão, recebeu educação em Letras e organizava freqüentes salões culturais. Foi a musa dos girondinos, casou-se com um dos seus líderes e participou de vários eventos revolucionários. Presa em 1793, escreveu suas memórias na prisão. Tornou-se célebre pela galhardia com a qual enfrentou a morte na guilhotina, ocasião em que teria pronunciado a frase: “liberdade, quantos crimes são cometidos em teu nome” (INVERNIZZI, 1989, p. 22).

Jean-Paul Marat (1743-1793): médico revolucionário, editou panfletos e jornais que inauguraram a linguagem do Terror entre as classes populares. Membro do Clube dos Cordeliers, defendeu abertamente a morte dos traidores dos direitos do homem e do cidadão independentemente do grupo político ao qual pertencessem. Marat encarnou como nenhum outro o espírito sanguinário da Revolução. Chateaubriand o definiu como “Calígula das encruzilhadas”; Victor Hugo, como “funcionário da ruína”; e Louis Blanc, como “rei dos Hunos” (INVERNEZZI, 1989, p. 21). Vítima de uma dermatose inflamatória, era obrigado a tomar banhos freqüentes e demorados. Surpreendido por uma trama dos seus adversários, foi assassinado por Charlotte Corday enquanto estava imerso em sua banheira. Depois de sua morte, foi objeto de culto popular e celebrado como um dos mártires da Revolução.





Joseph Ignace Guillotin (1738-1814): médico e ex-jesuíta, apresentou em janeiro de 1790 a proposta de pena de morte por decapitação para os inimigos da Revolução, qualquer que fosse a categoria do culpado. Autor da máquina mortífera que passou a se chamar guilhotina por sua relação com o nome do médico. Guillotin foi preso várias vezes e sempre escapou de ser vítima da máquina que inaugurou o Terror na França.

Louis-Antoine de Saint-Just (1767-1794): o mais jovem dos líderes revolucionários, foi eleito deputado aos 25 anos e tomou assento na montanha. Jacobino aguerrido, foi o principal redator dos decretos que estabeleciam a reforma agrária e a divisão dos bens dos suspeitos de traição. Defensor da República e da elaboração de uma constituição laica e democrática, foi um dos mais firmes acusadores do rei Luís XVI. Teve um papel importante na luta contra os girondinos, os indulgentes e os hebertistas. Mesmo tendo sido um dos principais acusadores dos traidores da Revolução ou daqueles que conspiraram contra ela, no tribunal revolucionário, Saint-Just nunca recusou aos condenados o direito ao julgamento público e respeitou a votação do plenário. Recebeu do historiador Jules Michelet o codinome de “Arcanjo da Morte” (INVERNEZZI, 1989, p. 22). Partidário de Robespierre até o fim, foi preso com ele no 9 Termidor e guilhotinado no dia seguinte sem qualquer tipo de processo ou julgamento. Com sua morte, as leis agrárias perderam seu poder e foram rapidamente extintas pelos girondinos.

Marie-Anne-Charlotte Corday (1768-1793): revolucionária de família modesta, adepta das idéias girondinas, viajou do interior para Paris com o propósito de matar Marat um dos defensores da pena de morte para os traidores da Revolução, em especial para os deputados da Gironda. Em 13 de julho de 1793, Charlotte apunhalou

Marat na banheira de sua casa. Foi presa e guilhotinada quatro dias depois do seu ato. Seu nome foi muito difundido no século XVIII e Marianne passou a ser o codinome de várias mulheres do povo que participavam secretamente da Revolução.

Maximilien-Marie Robespierre (1758-1794): Robespierre, conhecido como “o incorruptível” pelo povo e como “ideólogo fanático” pela burguesia, caiu por causa do projeto de confisco dos bens dos adversários da Revolução e sua distribuição gratuita entre os proletários, num momento em que as leis agrárias aterrorizavam bem mais que a guilhotina, explica Franco Lattes, argumentando que o proletariado francês se arrependeria até a velhice por sua relativa indiferença à queda de Robespierre e por sua participação no 9 Termidor. “Matando Robespierre, eles mataram, por um século a República democrática. Robespierre foi um exemplo memorável dos limites da vontade humana contra a resistência das coisas” (LATTES, 1989, p. 32). Robespierre era formado em Direito e foi a principal liderança jacobina e o maior combatente dos girondinos. Integrou a Comuna Insurrecional de Paris, foi líder da montanha, fez parte do Comitê de Saúde Pública, inaugurou a política do Terror e lutou contra o avanço da burguesia até sua morte em julho de 1794 (INVERNEZZI, 1989, p. 22). Os documentos elaborados no período de 1789 até sua morte, durante as primeiras fases da Revolução, confirmam que Robespierre foi o principal teórico do governo revolucionário.

Napoleão Bonaparte (1769-1821): nasceu na Córsega e foi educado em colégios militares. Em 1784, entrou para a Escola Militar de Paris e distinguiu-se dos demais, chegando ao posto de general de brigada. Após a morte de Robespierre, em 1794, ficou preso alguns dias e em seguida





foi eliminado dos quadros do Exército. Defendeu a Convenção Girondina contra os insurgentes populares e foi nomeado pelo Diretório como general do Exército revolucionário. Para Giorgio Bocca, a proclamação do jovem general às tropas republicanas, apenas sete anos após a queda da Bastilha, é, ao mesmo tempo, a negação da própria Revolução. Napoleão representaria o fim das ideologias, utopias e dos movimentos populares. A moral jacobina de *Égalité, Liberté, Fraternité*, não teve a menor importância para o militar (BOCCA, 1989, p. 42). Depois do golpe de Estado do 18 Brumário, em 9 dezembro de 1799, autoproclamou-se imperador e instalou o Consulado perpétuo. Restabeleceu o Clero, devolveu as terras dos nobres e apoiou os projetos da burguesia nacional, ao mesmo tempo em que iniciou a campanha de expansão territorial da França. Bocca explica que os ideais revolucionários não faziam parte das preocupações de Napoleão. A ele interessava a modernidade e o uso que dela poderia ser feito para criar o primeiro exército tecnologicamente avançado. Em seus discursos, o general proclamava a união em torno do grande consenso de cidadania, termo forjado pelos revolucionários em nome do qual nasceu e morreu a Revolução e por meio do qual floresceu a primeira nação democrática e popular da Europa. Leonardo Sciacia, em *Bonaparte deixa cair a máscara*, argumenta que para os historiadores uma questão ainda não foi respondida sobre o papel que Napoleão desempenhou na história: o imperador foi o herdeiro ou o coveiro da Revolução Francesa? (SCIACIA, 1989, p. 101).

Sanson, família : os Sansons foram, de pai a filho, os carrascos de Paris. Charles Henri Sanson e seu filho Henri Sanson fizeram cair, entre outras cabeças, as de Luís XVI, Maria Antonieta, Danton, Robespierre e Saint-Just.

Os direitos do homem e do cidadão

“Os homens nascem e permanecem livres e iguais nos direitos.” (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789)

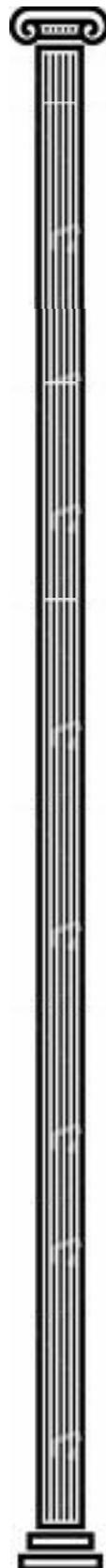
A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada entre 20 e 26 de agosto de 1789, constitui o maior legado dos revolucionários franceses para a humanidade. O jurista italiano Stefano Rodotà relata que o documento é fruto de um trabalho extraordinário, feito a partir de 28 projetos e de um número infinito de opiniões, posições e pontos de vista (RODOTÁ, 1989, p. 139). Sobre esse texto se debruçam, há mais de dois séculos, intelectuais das mais diversas áreas de estudos. A Declaração dilatou-se no tempo: dos direitos políticos e civis, passou-se àqueles econômicos e sociais; dos direitos das pessoas, descobriu-se os direitos dos povos.

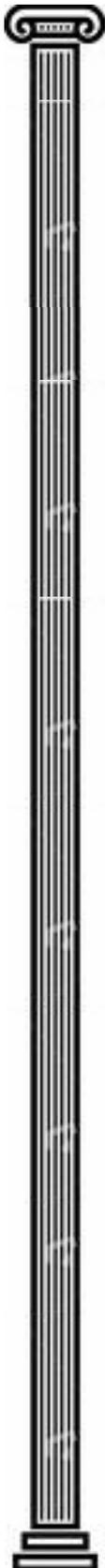
Se hoje existe uma declaração de direitos que se referem ao homem e ao cidadão, com extensão inclusive para uma dimensão coletiva que chega a englobar os povos e os recursos ambientais do planeta, é porque durante a Revolução Francesa descobriu-se que todos, homens e mulheres, nascem livres e iguais, que todos têm direito ao reconhecimento de sua identidade e à busca de sua felicidade. Para facilitar a reflexão sobre esse importante documento, segue a reprodução da carta aprovada pelos revolucionários de 1789.

LEITURAS ESSENCIAIS

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)

“Os representantes do Povo Francês, constituídos em Assembléia Nacional, considerando, que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas





causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos, decidiram apresentar em solene declaração, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, constantemente atual para todos os membros do corpo social, lembre incessantemente os seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo respeitem a possibilidade de ser a cada momento comparados com a finalidade de toda instituição política; a fim de que as reclamações dos cidadãos, baseados de agora em diante, sobre princípios simples e incontestáveis, tenham sempre como resultado preservar a Constituição e a felicidade de todos. Conseqüentemente, a Assembléia Nacional reconhece e declara na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Artigo 1º

Os homens nascem e permanecem livres e iguais nos direitos. As distinções sociais só podem ser baseadas sobre a utilidade comum.

Artigo 2º

A finalidade de qualquer associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem. Estes são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Artigo 3º

O princípio de toda a Soberania reside essencialmente na Nação; nenhum corpo ou indivíduo pode exercer qualquer autoridade que dela declaradamente não decorra.

Artigo 4º

A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudica os outros, assim o exercício dos direitos naturais de cada homem tem como limite apenas aqueles que garantem aos demais membros da sociedade o gozo destes mesmos direitos. Estes limites são determinados somente pela Lei.

Artigo 5º

A Lei só tem direito de proibir só as ações prejudiciais à sociedade. Tudo o que não é proibido pela lei não pode ser impedido, e ninguém pode ser obrigado a fazer o que a Lei não ordena.

Artigo 6º

A Lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos tem o direito de participar pessoalmente ou através de seus representantes, da sua elaboração. Ela deve ser igual para todos, seja protegendo, seja punindo. Todos os cidadãos, sendo iguais aos seus olhos, estão igualmente habilitados a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, conforme suas capacidades e sem outra distinção além daquela da sua virtudes e dos seus talentos.

Artigo 7º

Nenhum homem pode ser acusado, detido ou preso a não ser nos casos previstos pela Lei e segundo as formas preestabelecidas. Aqueles que procuram, despacham, executam, ou fazem executar ordens arbitrárias, devem ser punidos; mas cada cidadão citado ou detido, em virtude da Lei deve submeter-se imediatamente; opondo resistência torna-se culpado.

Artigo 8º

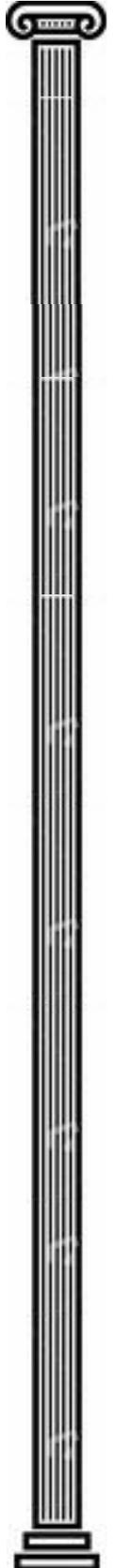
A Lei deve estabelecer somente penas estritas e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma Lei estabelecida e promulgada anteriormente ao crime, legalmente aplicada.

Artigo 9º

Presumindo-se inocente todo o homem até que não tenha sido declarado culpado, sendo indispensável detê-lo, qualquer rigor desnecessário à detenção deve ser severamente reprimido pela Lei.

Artigo 10º

Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, inclusive religiosas, desde que suas manifestações não turvem a ordem pública estabelecida pela Lei.





Artigo 11º

A livre comunicação de pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; cada cidadão pode falar, escrever, imprimir livremente, salvo responder pelo abuso dessa liberdade nos casos previstos pela lei.

Artigo 12º

A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; esta força é instituída em benefício de todos e não para a conveniência particular daqueles aos quais é confiada.

Artigo 13º

Para se manter a força pública e para as despesas de administração, é indispensável uma contribuição comum, a ser igualmente repartida entre todos os cidadãos de acordo com suas posses.

Artigo 14º

Todos os cidadãos têm direito de apurar por eles mesmos ou através de seus representantes a necessidade da contribuição pública, de aprová-la livremente, de controlar seu uso e determinar seu vulto, a distribuição, a cobrança e a duração.

Artigo 15º

A sociedade tem o direito de solicitar prestação de contas a cada agente público da sua administração.

Artigo 16º

Toda sociedade que não assegura a garantia dos direitos, nem determina a separação dos poderes, não tem Constituição.

Artigo 17º

Sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, ninguém poderá ser dela privado, salvo quando a necessidade pública o exigir de forma evidente e sempre através de justa indenização.”

RODOTÁ, Stefano. Velhos e novos direitos: A declaração de 1789. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Três, 1998, p. 138.

O Brasil e a (contra) Revolução

“De tudo, guardada a drástica síntese, vê-se que nada temos com a Revolução Francesa. Nosso meridiano é outro, ibérico e temente da soberania popular.”(Raymundo Faoro, Aqui Revolução era (e é) outra coisa)

“Aqui a Revolução era (e é) outra coisa”, esse é o título de um artigo escrito pelo historiador e jurista Raymundo Faoro sobre a universalidade da Revolução Francesa e seus ecos além dos Pirineus e do Atlântico, mundos nos quais o sopro revolucionário foi recepcionado de forma contraditória e irregular (FAORO, 1989, p. 25). No Brasil do século XIX, apesar da Proclamação da República em 1889, não ocorreu o deslocamento da condução da sociedade das mãos das elites agrárias ou militares. Muito diferente do que ocorreu na França, onde a Revolução rompeu com a tradição teológica, medieval e feudal, e a sociedade fundou-se sobre a razão, uma vez que politicamente os franceses defendiam que a soberania residia no povo e não no rei, o que fazia com que os movimentos insurrecionais buscassem derrubar a monarquia e instalar a república.

No Brasil, os trabalhadores e as camadas populares não tiveram a intenção de construir uma sociedade imaginária na qual tudo fosse comum (FAORO, 1989, p. 26). A teoria do combate popular contra um regime opressor das massas que irradiava da França para o mundo nas terras brasileiras não foi recepcionada pelo povo, mas sim pelo governo que fez valer as palavras de ordem da época: “façamos a revolução antes que o povo a faça”. Faoro, ao estudar os processos relacionados aos crimes dos movimentos insurrecionais da última década do século XVIII, como a Inconfidência Mineira, a Conjuração do Rio de Janeiro e a Inconfidência Baiana, percebe que nos



“Entre nós, separados pelos Pirineus e pelo Oceano Atlântico, a própria palavra – revolução – está fora do vocabulário político. [...] O dia do juízo final para Portugal com a fuga da Corte para o Brasil em 1808, impediu o contágio revolucionário. [...] o combate ocorreu por meio de repressão, isolamento, cabeças estranguladas, fuzilamentos e exílios combinados com chibatadas esquecidas.” (FAORO, 1989, p. 24-28)



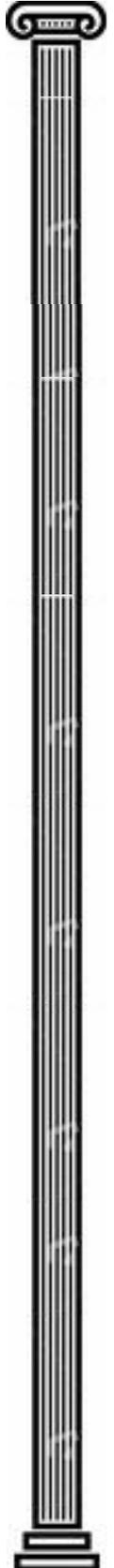
documentos existe uma acusação típica: os suspeitos tinham em sua biblioteca uma obra de Rousseau. Isso significa que havia um combate ao tráfico de ideologias revolucionárias, em especial daquelas que poderiam insuflar rebeliões populares. Com receio de que o Terror revolucionário tomasse conta do Brasil, em defesa da ordem e com apoio das elites rurais, Faoro relata que todas as “medidas” foram tomadas para evitar o Terror (FAORO, 1989, p. 26). Assim, as conjurações foram interrompidas por devassas políticas e administrativas, com duras penas aos envolvidos. O movimento da Insurreição pernambucana do século XIX também foi rapidamente desmobilizado.

O historiador Carlos Guilherme Mota, em *Histórias da história*, também procura interpretar como se deu a recepção dos ideais revolucionários no Brasil e explica que a vertente aceita no país foi a girondina, ou seja, burguesa, com o objetivo de impedir o debate sobre a ideologia da Revolução Francesa e seu principal legado, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que colocariam em primeiro plano a legitimidade do poder popular e poderiam influenciar o surgimento de movimentos revolucionários, não encontraram espaço no Brasil. Em seu lugar ocorreram algumas reformas com a finalidade de evitar o que chamavam de “idéias francesas”, “perigo francês” ou, simplesmente, “jacobinismo” (MOTA, 1989, p. 79). Para o autor, o que ocorreu nas terras brasileiras foi uma contra-revolução.

Inaugurou-se no Brasil a metodologia da contra-revolução permanente, que se desdobraria na repressão a todos os movimentos populares do Império, da Primeira República, do Estado Novo, do regime de 1964-1984, remanescendo até mesmo no diretorial da Nova República. Confundem-se desde essa época o liberal e

o conservador, o libertador e o repressor, o moderno e o ultra-arcaico, adensando o caldo cultural da Conciliação em que se atolam todas as iniciativas para a construção de uma nova sociedade civil, moderna e avançada. (MOTA, 1989, p. 86)

Outros cientistas sociais brasileiros como Caio Prado Jr, Octavio Ianni e Florestan Fernandes, entre outros estudiosos do pensamento social, observam que os “abomináveis” princípios franceses foram absorvidos pela burguesia, que se adonou do processo revolucionário no país. Ianni, em *O ciclo da Revolução Burguesa no Brasil*, observa que desde a proclamação da República, passando por Canudos e pela posse de Getúlio Vargas, encaminhando-se para a ditadura militar e prosseguindo até os dias atuais, o comando das mudanças no Brasil esteve sempre nas mãos da burguesia com o permanente apoio dos militares. Para o sociólogo, essas duas forças em conjunto garantem a perenidade do poder burguês mediante a manutenção dos ideais positivistas de ordem e de progresso, o que historicamente representa o progresso econômico de poucos contra a pobreza de muitos, sendo essa desigualdade assegurada pelos militares que vigiam e reprimem os movimentos populares em nome da ordem social burguesa.



CAPÍTULO II

1789-1848 – A Primavera dos Povos

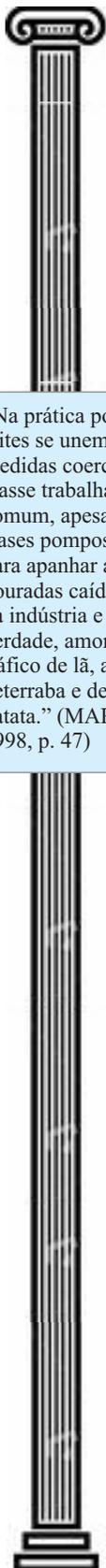
Algumas leituras sobre a história vista de baixo

Muito se tem pesquisado, debatido e escrito sobre história social, história vista de baixo, história das margens, enfim, todo o tipo de história feita por aqueles que não foram devidamente incluídos no processo histórico. Turba, ralé, bandidos, desesperados, condenados ou canalhas. Classes inferiores ou multidão grosseira, bando cruel, rufiões e assassinos. Escória social mais baixa, rebotalho da sociedade, bandidos, selvagens e maltrapilhos, vagabundos de rua, ladrões, mendigos e prostitutas. Demônios, aventureiros sedentos de sangue, estrangeiros, valentões e agentes da perversão, são alguns dos termos que George Rudé em *A multidão na história* identificou como de uso comum, inclusive por alguns historiadores, para definir os homens e as mulheres que tinham ação política no primeiro século do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a abordagem de um assunto como o da Primavera dos Povos, que compõe o quadro das manifestações populares que se deram entre 1789 e 1848, traz a possibilidade de dialogar com autores que fizeram esse modelo de história tão exaustivamente debatido, privilegiando alguns intelectuais que viveram esse momento no século XIX e participaram do florescimento das massas.

Neste segundo capítulo sugerem-se leituras alternativas sobre a Primavera dos Povos por meio de estudos feitos sobre os movimentos sociais europeus, mais especificamente os da França e os da Inglaterra durante a Revolução Industrial, com alguns autores que primam pela inclusão da multidão, dos trabalhadores, das camadas populares, enfim, do povo na história. Assim sendo, para melhor compreensão de tal período, procedem-se leituras de

“Nós cantaremos as grandes multidões excitadas pelo trabalho, pelo prazer e pela sublevação; nós cantaremos as marés multicoloridas e polifônicas da revolução nas capitais modernas. Nós cantaremos o fervor noturno dos arsenais e dos estaleiros resplandescentes sob violentas luas elétricas. [...] Peguem suas picaretas, seus machados, seus martelos e ponham abaixo as veneráveis cidades, impiedosamente!”
(BERMAN, 1996, p. 24)



“Na prática política, as elites se unem em todas as medidas coercivas contra a classe trabalhadora. Na vida comum, apesar de suas frases pomposas, curvam-se para apanhar as maçãs douradas caídas da árvore da indústria e para trocar verdade, amor e humor pelo tráfico de lã, açúcar de beterraba e destilados de batata.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 47)

O manifesto comunista, publicado em 1848 por Karl Marx e Friedrich Engels, e também de *O 18 Brumário*, publicado em 1852 por Marx. Convida-se para o debate o historiador Jules Michelet, por meio de reflexões sobre A História da Revolução Francesa..

No que diz respeito aos estudos contemporâneos posteriores, aborda-se a obra *A multidão na história: Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848*, de George Rudé, que teve sua primeira impressão na França em 1964, e as referências feitas pelo historiador Eric Hobsbawm em *A era das revoluções 1789-1848*, lançado em 1977 na Inglaterra com abordagens sobre os sessenta anos que o autor considera fundamentais para que a Europa consolidasse seu domínio sobre o resto do mundo durante um século. Do mesmo autor investiga-se ainda a obra *Os trabalhadores – Estudos sobre a história do operariado*.

Os trabalhadores

Primeiramente, é preciso que se chame a atenção para as intensas transformações ocorridas no ano de 1848 e que fizeram com que ele fosse identificado pelos historiadores, além do momento de convergência da Primavera dos Povos, como “a esquina do mundo”. Por que a esquina do mundo?

É curioso pensar sobre isso. É preciso imaginar que estamos andando em determinada direção, temos um foco de visão, sabemos para onde estamos nos encaminhando, temos a noção e o controle sobre as coisas que vemos. Porém, ao dobrarmos uma esquina, tudo fica rapidamente novo. O foco muda, a visão é outra, o mundo não é mais o mesmo. Esse é o sentido simbólico de 1848. Dobramos uma esquina da história, nossa visão mudou radicalmente, o passado conhecido e a segurança que ele nos dava já não existem, precisamos reconhecer e identificar novamente os lugares, as coisas, os nomes, as paisagens e o cotidiano.

Com o advento da indústria, recém-saídos de um mundo rural e, em alguns aspectos, ainda feudal, homens e mulheres foram espirrados repentinamente em cenários urbanos e mutantes que precisavam ser reconhecidos e identificados. Esse êxodo do campo para a cidade revolucionou a vida dos antigos camponeses a tal ponto que eles já não reconheciam o mundo no qual viviam.

O primeiro contato com a realidade industrial foi de estranhamento e de aprisionamento. Esse é um dos momentos do processo histórico no qual se percebe que a ruptura com as linguagens do cotidiano foi mais rápida e dramática do que qualquer fato antecedente. Tal rompimento pode ser medido a partir do olhar. Qual era o mundo visto pelos camponeses e qual seria o mundo visto pelos operários?

O olhar do camponês, acostumado ao espaço aberto da vida no campo, repleto da amplidão do céu, das montanhas e dos vales, sofreu uma redução. Os trabalhadores foram fechados em fábricas onde velhos, adultos, jovens e crianças manipulavam máquinas e produziam coisas que não poderiam consumir em ações exaustivas e horários intermináveis. Essa nova rotina de trabalho, aliada a uma paisagem urbana inóspita, promoveu o surgimento de um exército de miseráveis, cuja mão-de-obra representou a principal fonte de riqueza sobre a qual foram assentadas as bases da sociedade capitalista.

Diante do enriquecimento acelerado da burguesia e da pobreza crônica dos trabalhadores, a Primavera dos Povos foi o apogeu de uma época marcada pelo avanço das idéias liberais, nacionalistas e socialistas, com a deflagração de novos e diversos movimentos sociais.

Entre 1789 e 1848, mesmo diante de grandes agitações e manifestações populares, a burguesia consolidou-se no poder, enquanto o proletariado industrial disputou espaço no panorama político europeu, particularmente na Inglaterra e na França. A esses fatores somaram-se ainda as manifestações que tinham por objetivo





a unificação e o fortalecimento dos Estados que viriam a compor a Alemanha e a Itália, bem como a criação das nações e a instalação de governos constitucionais.

Tais condições configuram a idéia de que a Europa de 1848 funcionou como a esquina do mundo: estradas de ferro cortaram a paisagem, pontes foram levantadas, as chaminés das fábricas desenharam sombras ameaçadoras que cobriram as nuvens azuis, o silêncio desapareceu, e, ante o barulho da marreta nas pedras ou das engrenagens das fábricas, quase não se ouvia mais o canto dos pássaros. Os trabalhadores lutavam por melhores condições de vida e inventavam novas palavras para definir as coisas ou para defender os seus direitos. Os patrões preocupavam-se em expandir seus negócios e suas fábricas, o lucro ocupava o lugar das virtudes antigas, o custo do sucesso dos empreendimentos burgueses poderia ser a saúde ou a vida do trabalhador. A expansão das corporações foi justificada pela necessidade de acumular e explorar cada vez mais.

No mesmo século em que os territórios colonizados do Novo Mundo se tornaram politicamente independentes das nações européias, munida de armas, teorias e argumentos, em nome do imperialismo, do neocolonialismo e da industrialização, a Europa avançou sobre a África e a Ásia com o objetivo de colonizar territórios. As nações mais prósperas da Europa apropriaram-se de regiões ricas em matéria-prima para alimentar seus parques industriais e despojaram seus povos de sua riqueza econômica e cultural, bem como de sua autonomia política. Tais ações asseguraram aos impérios econômicos sua hegemonia sobre os demais e alargaram o fosso entre os que detinham os modos de produção e aqueles que tinham apenas a sua força de trabalho.

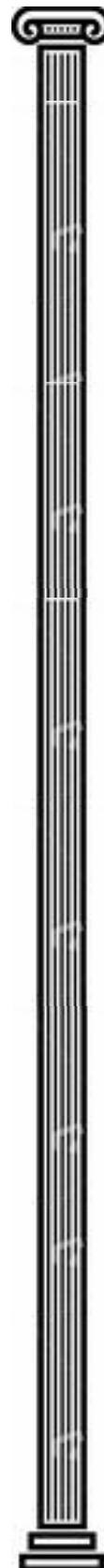
Diante de tal efervescência, Hobsbawm aborda a grandiosidade e a velocidade das mudanças que eram impostas pela sociedade industrial, chamando a atenção para um aspecto que se à primeira vista parece simples, num

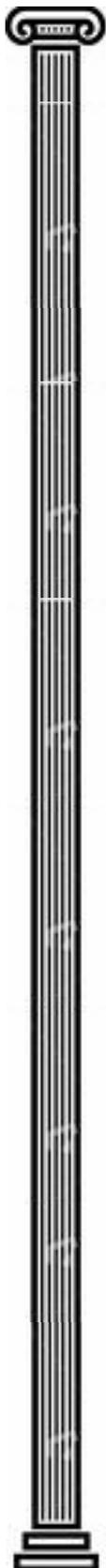
segundo momento revela a complexidade do mundo em construção:

As palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos. Consideremos algumas palavras que foram inventadas, ou ganharam significados modernos, no período de 60 anos de que trata este livro. Palavras como indústria, industrial, fábrica, classe média, classe trabalhadora, capitalismo e socialismo. Ou ainda, aristocracia e ferrovia, liberal e conservador, [...] nacionalidade, cientista e engenheiro, proletariado, [...] ideologia, [...] greve e pauperismo. Imaginar o mundo moderno sem estas palavras (isto é, sem as coisas e os conceitos a que dão nome), é medir a profundidade da revolução que eclodiu entre 1789 e 1848. (HOBBSAWM, 2009, p. 15-16)

Nesse sentido, as revoluções de 1848 podem ser vistas como um prolongamento da Revolução Francesa de 1789, porque com elas a burguesia consolidou o seu poder em diversos países da Europa, enquanto os trabalhadores urbanos passaram a marcar presença como força política organizada. Um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais e ideológicos condicionaram as revoluções desse período.

Entre os fatores econômicos, Hobsbawm destaca, como principais agentes da onda de falências, greves e desemprego: a crise agrícola de 1842 a 1846; as péssimas colheitas, secas e pragas que provocaram a ruína de muitos camponeses; o aumento de preços dos alimentos; a superprodução industrial; o excesso de produtos manufaturados e a falta de poder aquisitivo da população urbana. Os fatores políticos relacionados à crise diziam respeito ao governo burguês de Luis Felipe, da França, que impedia por todos os meios a participação do povo na vida política, bem como aos conflitos pela unificação das múltiplas regiões autônomas de alguns países. Por toda a





Europa, os resquícios do feudalismo ruíam em efeito dominó e as camadas populares exigiam a formação de governos constitucionais e republicanos. A emergência dos trabalhadores na cena política motivou o fortalecimento dos Estados, a construção das nações e a repressão aos movimentos populares.

Os fatores sociais e seus inúmeros problemas foram responsáveis pelo crescimento e pela politização do proletariado industrial em extrema miséria, bem como pela organização da classe operária em torno dos partidos socialistas. Trabalhando mais de 14 horas por dia, os operários passaram a lutar pela redução do horário de trabalho, melhores condições de vida e direito de greve. Manifestavam-se também pelo direito ao voto, às liberdades de imprensa, de expressão e de luta contra a opressão. Apenas nas regiões mobilizadas pela unificação e pelo governo constitucional os trabalhadores permaneciam aliados à burguesia. Nos demais Estados a luta entre socialistas e liberais dominava o cenário e garantia o impulso revolucionário.

O manifesto comunista

“Somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes declinam e, finalmente desaparecem frente à indústria moderna. O proletariado é o seu produto mais autêntico.” (Karl Marx; Friedrich Engels, *O manifesto comunista*)

A produção científica da época também estimulava o surgimento de novos movimentos sociais e manifestações populares. Sem dúvidas, o maior exemplo disso foi a publicação de *O manifesto comunista*, por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, obra que trata essencialmente das relações entre o proletariado e a burguesia e procura definir o comunismo como o único partido realmente

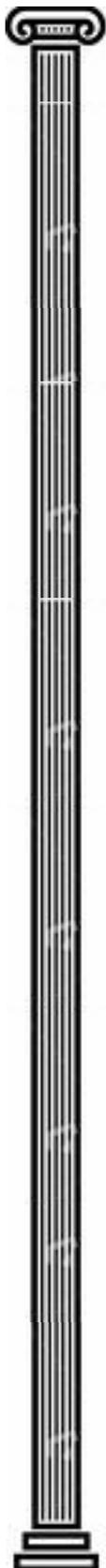
preocupado com as condições de vida e com o futuro dos trabalhadores.

Ao estabelecerem que a condição essencial para a sobrevivência e a manutenção do poder da classe burguesa era a formação e o crescimento do capital, e que a condição para o aumento do capital era o trabalho assalariado, Marx e Engels esclarecem que, para a burguesia, quanto maior fosse o desemprego e a competição entre os trabalhadores, melhor seria. Ou seja, segundo os autores, não havia nenhum interesse dos patrões em fornecer melhoria nas condições de vida e de trabalho para a população porque a manutenção da miséria do povo era uma das garantias de que teriam mão-de-obra barata disponível para o seu enriquecimento e a sua expansão.

Ao debaterem tais questões coletivamente, ficava explícito que se os trabalhadores queriam realmente mudanças no seu modo de vida e a garantia de direitos na sociedade industrial teriam que lutar por isso, e lutar significava enfrentar condições completamente adversas e muitas vezes pagar com a própria vida o preço de pequenas transformações. A teoria social de Marx preconizava, no entanto, que a luta de classes fazia parte de todos os processos históricos e que se as camadas populares quisessem avanços em suas reivindicações não poderiam abrir mão do confronto direto com os poderes constituídos:

A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado, resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes aberta – uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa. [...] A sociedade burguesa moderna, que brotou





das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes, estabelecer novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas. (MARX; ENGELS, 1998, p. 9)

Sobre as condições de trabalho e de sobrevivência dos trabalhadores nesse período existem inúmeros escritos e um verdadeiro carregamento de textos, porém, o mais visado e combatido foi certamente *O manifesto comunista*, justamente pela crítica elaborada pelos autores contra a burguesia e o seu avanço imperialista para todas as nações da terra, as formas pelas quais ela extrai a matéria-prima e como impõe seus produtos, bem como contra a exportação do seu modelo de civilização para todo o mundo ocidental. Quando Marx e Engels colocaram tais questões no ano de 1848, foi sinal de que os movimentos populares haviam atingido o seu ápice e que depois disso arrefeceriam. Na época da Primavera dos Povos, os operários sabiam que se recusassem a enfrentar seus adversários em campo aberto não poderiam assegurar nenhuma conquista expressiva para qualquer categoria de trabalhadores.

Mesmo que a reação da burguesia liberal contra *O manifesto comunista* tenha sido imediata, esse tipo de leitura exerceu na cena de 1848 o mesmo efeito que o palito de fósforo aceso exerce sobre a palha seca:

A história de toda a sociedade antiga consistiu no desenvolvimento de antagonismos de classe, antagonismos que assumiram formas diferentes em épocas diferentes. Mas qualquer que seja a forma que tenham tomado, um fato é comum a todas as épocas passadas, a saber, a exploração de uma parte da sociedade pela outra. Não surpreende então que a consciência social das épocas passadas, apesar de toda a multiplicidade e da variedade que exhibe, mova-se dentro de certas formas comuns, ou idéias gerais que

não podem desaparecer completamente, exceto com o desaparecimento total dos antagonismos de classe. (MARX; ENGELS, 1998, p. 41)

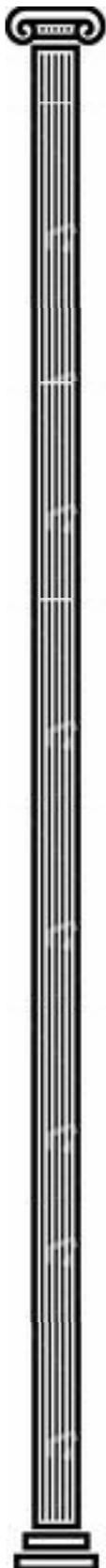
A partir das afirmações de Marx e Engels percebe-se a natureza do combate político e social que ocorria em 1848 e toma-se ciência de sua intensidade, o que nos leva a compreender como entraram em confronto justamente as duas classes que fizeram a Revolução Francesa: o proletariado e a burguesia. A organização dos trabalhadores nesse período integra o quadro de estudos da classe trabalhadora que Hobsbawm denomina de novo sindicalismo (HOBSBAWM, 2009, p.7). Sua obra *A era das revoluções* permite analisar a eficiência e a opressão dos movimentos populares de 1789 a 1848, os quais remetem às gritarias, vaias, intimidação e violência das primeiras ações para as greves esclarecidas, a formação dos sindicatos, a organização burocrática e a descoberta de novas estratégias e novas formas de militância. Outro autor que se dedicou aos estudos dos movimentos populares é George Rudé, conforme veremos a partir do estudo sobre a obra *A multidão na história*.

A multidão na história

“Talvez nenhum fenômeno histórico tenha sido tão negligenciado pelos historiadores quanto a multidão – esse fenômeno histórico, vivo e multifacetado.” (George Rudé, *A multidão na história*)

Para que possamos entender a gestação desse processo de convulsão social que ocorre entre 1879 e 1848, George Rudé, num estudo dos movimentos populares nos países em que eles foram mais intensos, retrocede à França e a Inglaterra de 1830 e acompanha *A multidão na história* até 1848, período no qual “os efeitos da revolução

Todo o mundo estava interessado no povo, amava o povo, escrevia para o povo. Mas enquanto a alta sociedade encenava de boa fé uma “comédie sentimentale”, o grande movimento do mundo prosseguia numa direção que iria em breve transformar tudo. (MICHELET, 1967, p. 395)



política e industrial estavam transformando velhas instituições, cortando as raízes da velha sociedade, modificando modos de pensar e impondo novas técnicas” (RUDÉ, 1991, p. 3). O autor acompanha os motins rurais e urbanos, as disputas trabalhistas e os principais movimentos sociais desse período numa obra referencial para todos aqueles que desejam identificar os rostos na multidão e compreender a Primavera dos Povos.

Com essa finalidade, Rudé esclarece que os rompimentos com o passado marcaram a forma e o conteúdo das atividades da multidão e que podemos distinguir com precisão e amplitude a agitação popular típica da nova sociedade industrial daquela do período pré-industrial. Segundo ele, no modelo industrial do século XIX as perturbações com significação histórica tomaram a forma de greves e outras disputas trabalhistas ou de reuniões públicas de massa e manifestações conduzidas por organizações políticas, o que não era evidente no século XVIII. Rudé diz que as greves e os motins setecentistas eram bastante freqüentes na França e na Inglaterra e que esse tipo de protesto, ocasionalmente, poderia se transformar em rebelião:

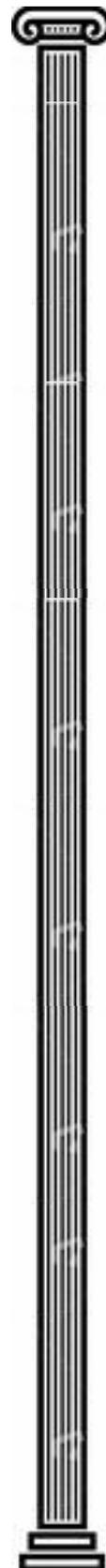
São provocadas tanto pela lembrança de direitos costumeiros ou pela nostalgia de utopias do passado como pelas reivindicações presentes ou esperanças de melhoria material, e fazem uma “justiça natural”, violenta e imediata, quebrando janelas, destruindo máquinas, queimando efigies de inimigos, incendiando montes de feno e derrubando casas, fazendas, cercas, moinhos ou tavernas, mas raramente fazendo mortes. (RUDÉ, 1991, p. 4)

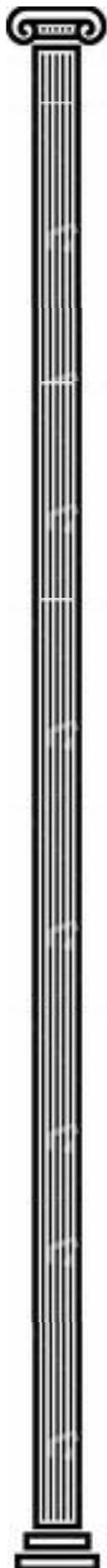
O mais interessante na obra de Rudé é que nela se faz uma revisão da historiografia sobre esse período que, segundo ele, tem a vantagem de ter sido relativamente bem

servido de historiadores que foram atraídos pela temática da história trabalhista e dos movimentos sociais (RUDÉ, 1991, p. 5). Assim, encontra abordagens que considera imprescindíveis, como, por exemplo, as de Jules Michelet, cujos impulsos generosos teriam levado a conceber o povo como único agente da ação revolucionária. Mostra ainda que outros historiadores teriam reproduzido abordagens estereotipadas da multidão ao tratar os amotinados como turba ou ralé, bandidos, desesperados, condenados ou canalhas. A moda teria se espalhado e os termos como classes inferiores ou multidão grosseira, bando cruel, rufiões e assassinos eram somados ao modelo que os conservadores construíam para definir a atuação política dos trabalhadores.

Para esclarecer sua preocupação com o tratamento que a maioria dos historiadores do século XIX dispensava às classes populares, Rudé reproduz um discurso de Taine, que, embora liberal, descreveu sua experiência na Comuna de Paris, no qual criticou o comportamento dos revolucionários que tomaram a Bastilha em 1789, denominando-os escória social mais baixa, rebotalho da sociedade, bandidos, selvagens e maltrapilhos, vagabundos de rua, ladrões, mendigos e prostitutas. Ao escrever sobre a expulsão de Luís XVI do Palácio Real, descreveu a multidão como aventureiros sedentos de sangue, estrangeiros, valentões e agentes da perversão (RUDÉ, 1991, p. 6-7). O autor confessa que em todas as suas leituras ninguém superou a torrente de rótulos de Taine e que tais termos continuaram a ser usados contra os jacobinos, os ludistas, os incendiários e todos os manifestantes, os quais foram usualmente tratados pelos historiadores como elementos criminosos, embora quase todos fossem chefes de família sem antecedentes de qualquer tipo, com residência fixa e trabalhadores (RUDÉ, 1991, p. 64).

Ao chamar a atenção para a diferença entre as duas abordagens – a de Michelet, que vê a multidão como “o





povo”, e a de Taine, que apresenta a multidão como “a ralé” –, Rudé não esconde sua preferência pela primeira, em cuja vertente identificará os rostos que dariam conformação aos movimentos da Primavera dos Povos, “lendo a história de trás para frente”, como gostava o autor. Seu ponto de partida são os camponeses franceses ou amotinados da fome, aos quais o historiador tributa um alto grau de espontaneidade e de inocência política (RUDÉ, 1991, p. 32). São numerosos trabalhadores rurais sem terra, pequenos arrendatários, meeiros, milhares de pequenos proprietários, todos preocupados em garantir o pão como alimento básico (RUDÉ, 1991, p. 21). Quando as colheitas eram minguadas e os preços subiam, tinham início os protestos batizados de motins da fome, guerra das farinhas e motins do pão:

De fato, sempre que as colheitas eram más, ou quando as necessidades de guerra ou um rompimento nas comunicações provocavam escassez, retenção do produto ou compra em excesso motivada pelo pânico, grande parte da população rural, como os moradores das cidades era ameaçada pela fome. Nessas ocasiões muitos se manifestavam nos mercados ou nas padarias, ou recorriam à ação mais violenta, detendo comboios de alimentos nas estradas e rios, saqueando os abastecimentos ou obrigando donos de lojas, moleiros, agricultores e comerciantes a vender seus produtos por preços menores, ou então forçando as autoridades a intervir em favor dos pequenos consumidores. [...] O motim da fome continuava sendo a expressão constante e típica do descontentamento popular, e isso era válido tanto para a aldeia como para a cidade ou para o mercado. (RUDÉ, 1991, p. 22)

Na Inglaterra, onde os resquícios feudais e a velha aldeia medieval tinham sucumbido pelo impacto do comércio, da guerra civil e da venda de terras, o historiador

nota que a rebelião camponesa não ocorreu no mesmo formato. Ali, a burguesia já exige a aprovação de leis que permitam policiar e controlar os pobres. A multidão tem o rosto dos pequenos arrendatários ou proprietários, tecelões, mineiros, funileiros, artesãos e miseráveis. Os motins tradicionais raramente tinham caráter político, mas não deixavam de ser um protesto social (RUDÉ, 1991, p. 35). A luta contra o preço dos alimentos e a destruição de pedágios era comum e os motins ingleses iam desde saques aos depósitos de cereais até a obstrução de barcos estrangeiros que transportavam alimentos.

As greves surgem em consequência das condições de vida dos trabalhadores assalariados e são fruto de disputas trabalhistas que eclodiram a partir da metade do século XVIII. Rudé destaca que essas disputas teriam iniciado como simples paralisações do trabalho sem nenhuma forma de violência, conforme pesquisou em registros de greves de barqueiros, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, preguiçosos, mineiros, carregadores de carvão, carreteiros, marinheiros, tecelões e alfaiates. Um dos melhores exemplos seria a greve dos mineiros de 1765, que reuniu perto de 100 mil trabalhadores sem perder o tom pacífico. Esses métodos tornam-se mais comuns nas disputas trabalhistas entre 1789 e 1848 (RUDÉ, 1991, p. 70). A primeira grande greve de operários de fábrica registrada por Rudé ocorreu em Manchester, no ano de 1810, e reuniu fiandeiros de algodão.

Porém, isso não significa que não ocorressem greves violentas. O historiador encontrou relatos que dão conta que, em 1744, uma “turba” de milhares de preguiçosos reuniu-se em Stanfordshire, a fim de aumentar seus salários e saqueou casas; em 1775, os marinheiros desfilaram pelas ruas armados de revólveres, mosquetes, mosquetões, bacamartes, pistolas, espadas, cutelos, facas, porretes, paus, pedras, tijolos e outras armas ofensivas (RUDÉ, 1991, p.





72). Na Inglaterra do século XIX esses procedimentos poderiam levar a ataques contra pessoas e propriedades.

Um dos exemplos de movimento mais agressivo sobreviveu sob o rótulo de ludismo, em homenagem ao camponês Ned Ludd, que teria iniciado a luta contra a substituição da mão-de-obra humana pela máquina, fosse ela de debulhar milho, de fiar o algodão ou de cortar madeira. Sua liderança se relaciona com os motins ingleses de quebra de máquinas, que de 1811 até 1817 não se limitaram apenas aos atos contra a inovação técnica, mas usavam a destruição das máquinas como um meio para forçar seus empregadores a fazerem concessões salariais e outras relacionadas às condições de trabalho e novos postos de emprego. Rudé argumenta que o ataque às máquinas teria o registro mais antigo datado de 1663, quando tecelões de Spitafields cortaram a seda e destruíram teares nas oficinas dos patrões (RUDÉ, 1991, p. 74). Em 1773, os tecelões criaram o primeiro sindicato inglês com a finalidade de apresentar coletivamente seus casos aos juízes, o que culminou na criação de um novo mecanismo de negociação, precursor dos processos modernos de arbitramento em questões trabalhistas. Sobre esse movimento o autor conclui que:

O ludismo não foi de modo algum, uma ação cega e fútil de homens ignorantes e desesperados; e, ainda menos, é claro uma tentativa final de deter o curso do progresso técnico. Foi certamente, como a greve moderna, uma ação refletida, só empreendida quando negociações mais pacíficas e lentas deixavam de produzir satisfação. [...] O ludismo, como outras formas de ação popular adequada à era pré-industrial, não tinha futuro na nova sociedade industrial. (RUDÉ, 1991, p. 96).

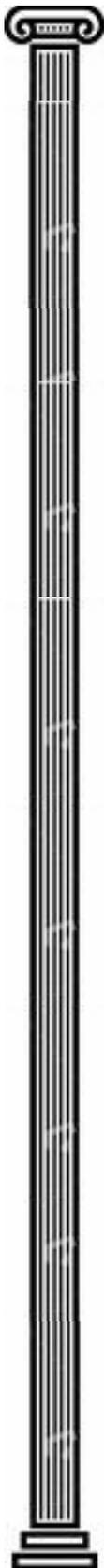
Outro tipo de movimento social que caracteriza o espírito inglês é conhecido como Filhas de Rebeca. Muito

comum a partir de 1830, marcou uma série de protestos sociais iniciados pelo campesinato dos condados do Sul e do País de Gales, que acabou por envolver também os operários fabris, o que sugeria que a destruição de máquinas e os movimentos salariais caminhavam juntos. Até 1850, tais atos de protesto povoaram o mapa das tensões sociais e serviram como forma de manifestação contra o dízimo, o preço dos arrendamentos, os baixos salários, a miséria, as leis de caça, a contratação de mão-de-obra estrangeira, entre outros.

No caso das Filhas de Rebeca, Rudé diz que “considerando-se heróis das barricadas, os amotinados inflamavam-se contra aqueles a quem muito justamente considerassem seus opressores” (RUDÉ, 1991, p. 164). Tinham um tipo de ação peculiar, vestidos de mulheres, com o rosto pintado e lenços ou chapéus sobre a cabeça, os homens agiam sempre à noite, quando destruíam os pedágios, queimavam celeiros e quebravam máquinas. Os distúrbios causados pelas Filhas de Rebeca ganharam fama e se espalharam rapidamente como que movidos pelo que consideravam um “espírito diabólico” (RUDÉ, 1991, p. 165). Tais motins espantavam por seu formato e porque os amotinados já não eram somente trabalhadores de aldeias e suas causas apontavam para a dissolução dos velhos laços comunitários, enquanto causavam distúrbios e espalhavam o terror no campo e na cidade:

As autoridades alarmaram-se consideravelmente e, quando os motins foram controlados, graças à uma concentração de dragões e guardas especiais nas áreas afetadas, as represálias foram selvagens e severas. Cerca de 2.000 amotinados, ou suspeitos de participação foram levados a julgamento, entre novembro de 1830 e março de 1831. [...] Nove foram condenados à forca, 644 foram mandados para a prisão e 481 foram





degradados para colônias australianas. [...] Foi o maior grupo de presos jamais exilado da Inglaterra por um crime comum, o que sublinhava a enormidade do delito dos trabalhadores aos olhos do governo e dos magistrados. (RUDÉ, 1991, p. 169)

Outro importante movimento inglês de 1848, considerado um divisor de águas na Inglaterra, é o cartismo, que representa, segundo os historiadores, a transição dos antigos modelos de movimento popular para os modos independentes da classe trabalhadora. Foi idealizado por William Lovett, da Associação de Trabalhadores de Londres e foi chamado de Carta do Povo. Continha reivindicações que incluíam o sufrágio universal masculino, pagamento aos deputados, votação secreta e parlamentos anuais (RUDÉ, 1991, p. 195). O movimento reivindicava ainda melhores salários, redução no custo dos alimentos, associação da classe operária e liberdade de expressão (RUDÉ, 1991, p. 196). A carta nasceu da decepção de artesãos radicais com os liberais, que não lhes deram o direito de voto. Para esses homens, a campanha em favor da carta foi uma luta para reclamar direitos políticos, mas para outros significou a luta por salário justo, alimentação para a família e vitória contra a miserabilidade. Dessa maneira, a Carta do Povo ganhou caráter nacional, percorreu praticamente toda a Inglaterra e teve milhares de assinaturas:

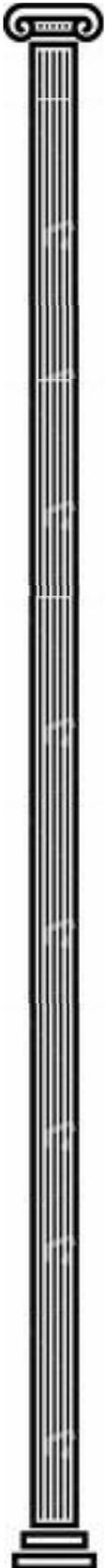
O Cartismo foi, de fato, um movimento popular rico e multifacetado, herdeiro de uma tradição política radical, mas também filho das más colheitas e da pobreza, das habitações precárias, da falta de saúde e do desemprego que acompanharam o crescimento de uma nova sociedade industrial. (RUDE, 1991, p. 200).

Outras experiências, como os motins *Plug-Plot*, com esse nome porque tomaram a forma de uma bola de neve, envolviam grevistas que iam de cidade em cidade parando as fábricas e conversando com os trabalhadores sobre as suas condições de vida e os seus direitos. Apenas em Manchester, em 1840, mais de 200 fiações e tinturarias foram paradas e 50 mil trabalhadores protestaram contra os baixos salários e a insalubridade. No dia 22 de julho, o preço do trigo subiu e os líderes do movimento se reuniram com os manifestantes em um terreno baldio e declararam sua resolução de não voltar ao trabalho. A polícia tentou dispersar o movimento e uma moça foi morta por um projétil, o que provocou a rebelião. O distrito de polícia foi totalmente depredado e dois policiais morreram (RUDÉ, 1991, p. 203). A morte da moça é mais uma evidência da participação expressiva das mulheres nos movimentos que marcaram a Primavera dos Povos.

A historiadora Michelle Perrot, estudiosa de história social e de história das mulheres, ao investigar a participação das mulheres nos momentos revolucionários, explica que, como o início do século XIX foi bastante conturbado e capaz de diversas intervenções sobre o cotidiano, as mulheres foram influenciadas por suas agitações, especialmente as mães que defendiam o sustento dos filhos. Primeiramente elas tiveram que se adaptar ao novo mundo do trabalho, sobretudo nas cidades, e foram obrigadas a trabalhar mais para complementar o salário familiar. Num segundo momento elas partiam para o combate contra aquela situação dramática e engrossavam as fileiras revolucionárias:

Examinemos o problema da vida material, a questão do pão, a questão do aumento dos preços. Muito bem, as mulheres sobre as quais recaia a responsabilidade do andamento da vida familiar foram com muitas probabilidades mais atingidas na sua





vida cotidiana que os homens. Quando se mobilizam, principalmente nas grandes cidades, o fazem justamente por causa de problemas desse tipo [...] Por certo, as mulheres ganharam um espaço público que não existia antes da Revolução Francesa. Contudo a participação ativa na vida pública foi característica de uma minoria, e esta minoria teve, bem cedo, de enfrentar a hostilidade dos homens. (PERROT, 1989, p. 66)

Por sua vez, Rudé também menciona a importância simbólica e material do pão para forçar a atuação das mulheres, em especial no ano de eclosão da Revolução Francesa. Chama a atenção o seguinte relato:

A crise revolucionária de 1789 transcorreu sobre um pano de fundo de preços do pão em constante e acentuada elevação. Vimos como o movimento camponês começou com ataques aos mercados, moinhos e celeiros, antes de se tornar numa guerra contra os donos de terras. [...] Em outubro, as mulheres dos mercados, que marchavam sobre Versalhes para levar a família real até Paris, cantavam enquanto marchavam (pelo menos assim diz a tradição): “vamos buscar o padeiro, a mulher do padeiro e o filhinho do padeiro”. (RUDÉ, 1991, p. 137)

Para o autor, todas essas impressões colhidas sobre os movimentos que integram a Primavera dos Povos na França e na Inglaterra, bem como o padrão de protesto popular e as idéias que os inspiravam, denunciam uma metamorfose bastante expressiva. A nova multidão da era industrial tinha outros conceitos. As formas de manifestação que seriam elaboradas a partir de 1848 poderiam ser vistas com clareza por todos aqueles preocupados com o encaminhamento que as lutas de classe teriam no mundo capitalista dominado pela burguesia.

O 18 Brumário de 1848

“Quando toca a música das altas esferas do Estado, que se pode esperar dos que estão embaixo, senão que dançam?” (Karl Marx, *O 18 Brumário*)

Num primeiro momento, com Rudé, expusemos algumas nuances da ação dos trabalhadores e dos seus conflitos mais imediatos entre 1789 e 1848. Com as leituras de Marx procuraremos evidenciar os confrontos ideológicos entre as camadas populares e a burguesia, levando-se em consideração que na França, apesar da Revolução de 1789, a fração mais rica da sociedade estava no poder em 1830.

A despeito do acelerado desenvolvimento industrial, os operários permaneciam em extrema miséria, recebendo salários vergonhosos e trabalhando mais de 14 horas por dia. Diante do agravamento da crise econômica, sem poder sustentar os filhos, os pais, homens e mulheres, começaram a realizar os primeiros movimentos para demonstrar sua insatisfação diante das péssimas condições de vida e de trabalho. Em contrapartida, o governo reduziu o direito de voto, censurou a imprensa e reprimiu violentamente as greves e qualquer tipo de oposição.

A situação se agravou quando da nomeação de Guizot para primeiro-ministro francês. Protestante radical, ele iniciou perseguição às escolas católicas, impediu manifestos políticos e perseguiu o proletariado parisiense, o que teve como desfecho a renúncia de Luis Felipe em 24 de fevereiro de 1848, quando o proletariado rebelou-se, arrastando consigo boa parte da população e alguns setores da guarda nacional. Foram três dias de luta e barricadas até a abdicação do rei e o estabelecimento de um governo provisório destinado a proclamar a República.

Entre os partidos de oposição ao governo encontravam-se: o legitimista, formado pela nobreza





desejosa de restaurar o poder; o bonapartista, representante da pequena burguesia, com apoio de lideranças rurais e liderado por Luis Bonaparte, sobrinho de Napoleão; o socialista, que reunia diversas facções voltadas à organização da classe operária; e o republicano, formado pela classe média e pelos profissionais liberais, com tendências nacionalistas. Dessa forma, o governo provisório, constituído por republicanos, socialistas e bonapartistas, assinalou o início da Segunda República da França. A primeira estendeu-se de 1792 até 1804, com a coroação de Napoleão Bonaparte como imperador. O governo provisório era responsável por realizar eleições para a Assembléia Constituinte, que redigiria a nova constituição da França.

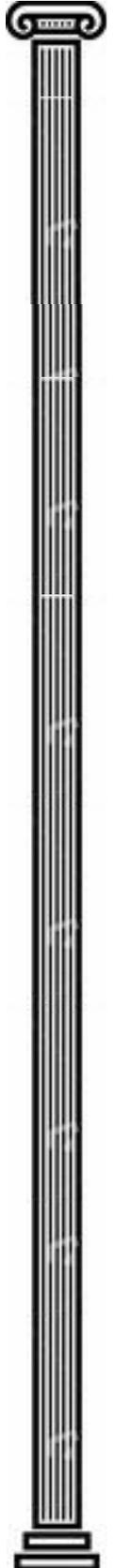
Nesse momento, sob a pressão dos trabalhadores, foram criadas as oficinas nacionais, espécies de fábricas do Estado destinadas a abrir postos de trabalho aos numerosos desempregados que ocupavam as cidades francesas. As camadas populares reivindicavam uma república socialista que garantisse o direito de trabalho, de associação e de greve. Pediam ainda a redução da jornada de trabalho e definição de salários pagos por hora-atividade. Essas reivindicações das massas concentraram-se de 24 de fevereiro até 4 de maio de 1848, tiveram caráter provisório e todos os setores que participaram dessas deliberações detinham temporariamente uma parcela do poder. Como fora conquistado principalmente pelos trabalhadores urbanos de Paris, esse regime denominou-se República Social. Karl Marx, em O 18 Brumário, criticaria duramente essa aliança dos proletários com a burguesia, afirmando que esse foi o momento do nascimento da social-democracia, que resultaria na vitória dos liberais sobre os socialistas:

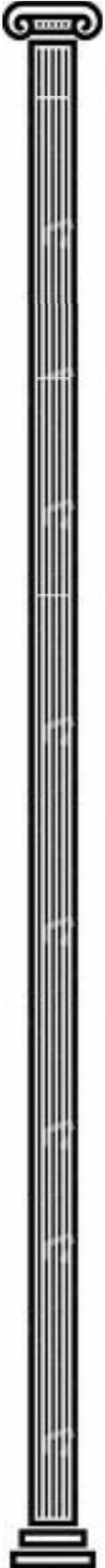
A pequena burguesia percebeu que seus interesses materiais corriam perigo e que as garantias democráticas que deviam

assegurar a efetivação desses interesses estavam sendo questionadas pela contra-revolução. Em vista disso aliou-se aos operários. [...] Concluiu uma aliança com os dirigentes socialistas. [...] A reconciliação foi comemorada com banquete. Foi elaborado um programa comum, organizados comitês eleitorais comuns e lançados candidatos comuns. Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgiu a social-democracia. (MARX, 1997, p. 54)

Para Marx, a força do partido proletário estava nas ruas, ao passo que a da burguesia estava na Assembléia Nacional. Os deputados liberais foram eleitos pelos votos dos numerosos conservadores que temiam as mudanças propostas pelos socialistas republicanos, bem como pelos pequenos proprietários rurais, alheios às discussões políticas e temerosos de perder suas terras para os revolucionários. Segundo ele, o partido democrático infectou o proletariado com as fraquezas da burguesia e o acordo rompeu-se. Os burgueses acusaram o povo de deserção e o povo acusou as lideranças burguesas de traição (MARX, 1997, p. 57). Os operários dos partidos socialistas que foram derrotados na Assembléia uniram-se em uma série de manifestações para defender suas reivindicações, porém, as camadas populares já não reconheciam o discurso do socialismo, uma vez que os burgueses haviam se apropriado do discurso socialista. Marx entende que tal apropriação ampliou o poder de ação das elites contra os trabalhadores:

A senha se repete constantemente, o tema permanece sempre o mesmo: socialismo!





Até o liberalismo burguês é declarado socialista, o desenvolvimento cultural da burguesia é socialista, a reforma financeira é socialista. Era socialismo construir uma ferrovia onde já existisse um canal, e era socialismo defender-se com um porrete quando se era atacado com um florete. [...] Percebiam que todas as chamadas liberdades burguesas e órgãos e progressos ameaçavam seu domínio de classe, e tinham, portanto, se convertido em “socialistas”. (MARX, 1997, p. 69)

Com a finalidade de deter os movimentos sociais, em junho de 1848 a Assembléia elegeu uma comissão que substituiu o governo provisório e fechou as oficinas nacionais. Essa medida provocou uma violenta insurreição operária em Paris, na qual os militantes proletários foram derrotados pela Guarda Nacional, comandada pelo general Cavaignac. Três mil rebeldes foram fuzilados e quinze mil deportados para colônias francesas:

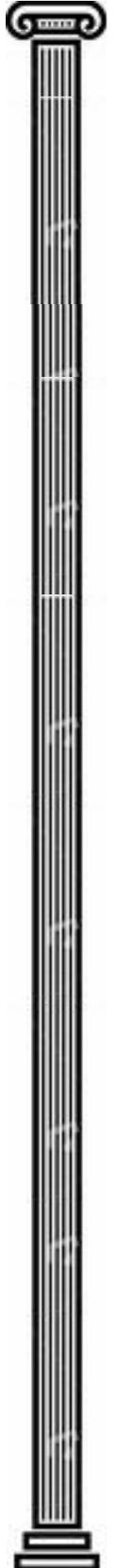
As reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos, a que se deve por um paradeiro. A essa declaração da Assembléia Nacional Constituinte o proletariado de Paris respondeu com a Insurreição de Junho, o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa. A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, a guarda nacional, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio. Mais de três mil insurretos foram massacrados depois da vitória e 15 mil foram deportados sem julgamento. Com essa derrota o proletariado passa para o fundo da cena revolucionária. Tenta recuperar o terreno perdido em todas as oportunidades que se apresentam, sempre que o movimento parece ganhar novo impulso, mas com uma

energia cada vez menor e com resultados sempre menores. (MARX, 1997, p. 29)

Após o massacre de junho de 1848, com o objetivo de evitar a mobilização da sociedade e novos atos de protesto, os deputados liberais redigiram às pressas uma Constituição e marcaram eleições presidenciais para 10 de dezembro de 1848. Os candidatos, Cavaignac, representante da monarquia, e Luis Napoleão Bonaparte, apoiado pela burguesia. Sob o nome de Partido da Ordem, os burgueses usam o sobrenome de Bonaparte para conquistar a simpatia do povo e prometem paz e grandezas do tempo do Império Napoleônico. O que Marx denomina de “o golpe do 18 Brumário” é justamente a aliança da burguesia com os diversos setores da sociedade, incluindo os pequenos proprietários rurais, para assegurar a vitória de Luis Napoleão Bonaparte com 73% dos votos.

A derrota dos insurretos de junho preparara e aplainara, indubitavelmente, o terreno sobre o qual a república burguesa podia ser fundada e edificada, mas demonstrara ao mesmo tempo que na Europa as questões em foco não eram apenas de “república ou monarquia”. Revelara que aqui a *república burguesa* significava o despotismo ilimitado de uma classe sobre as outras. [...] o febril movimento juvenil da produção material, que tem um novo mundo para conquistar, não deixou nem tempo nem oportunidade de abolir a velha ordem das coisas. (MARX, 1997, p. 30)

Em negociações com a burguesia e a nobreza em dezembro de 1849, Luis Bonaparte promoveu um golpe de Estado e dissolveu a Assembléia Legislativa com a finalidade de evitar a participação do povo no seu governo. Em seguida realizou um plebiscito pelo qual conseguiu apoio popular para outorgar uma nova constituição. Em





novembro de 1852, findo seu mandato como presidente, com aprovação de 95% da população, transformou-se em Napoleão III, Imperador da França. Esse fato ficou conhecido como o 18 Brumário de Luis Bonaparte. Com sua coroação substituiu-se a Segunda República pelo Segundo Império.

O desfecho da Primavera dos Povos e da Segunda Republica Francesa foi definido por Marx no *18 Brumário* uma justificativa política e militar levada a cabo pela burguesia para neutralizar os trabalhadores. O autor observa que para tal fim os liberais haviam se reunido com as instituições conservadoras que anteriormente combateram e proclamado uma verdadeira cruzada contra os insurgentes:

Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no *partido da ordem* contra a classe proletária, considerada como o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Tinham “salvo” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. Tinham dado como senhas a seus exércitos as palavras de ordem da velha sociedade – propriedade, família, religião, ordem – e proclamado aos cruzados da contra-revolução: “Sob este signo vencerás”. (MARX, 1997, p.31)

Em face dos acontecimentos históricos relacionados à República Francesa, Marx usou as evidências disponíveis para estabelecer, em 1869, a teoria de que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes: a primeira vez como tragédia, o 18 Brumário de Napoleão Bonaparte, e a segunda como farsa, o 18 Brumário de Luís Bonaparte.

Nos dois momentos após as revoluções sociais das quais as massas participaram de forma ativa, as classes detentoras do poder econômico ignoraram as reivindicações e prioridades dos extratos populares e impediram a

organização política dos trabalhadores. Mas nada que a burguesia tenha feito impediu a repercussão histórica da Primavera dos Povos, nem deteve o seu espírito universal que continuaria a inspirar movimentos revolucionários nas mais diversas regiões e épocas.



CAPÍTULO III

1848-1875 – O triunfo do capitalismo

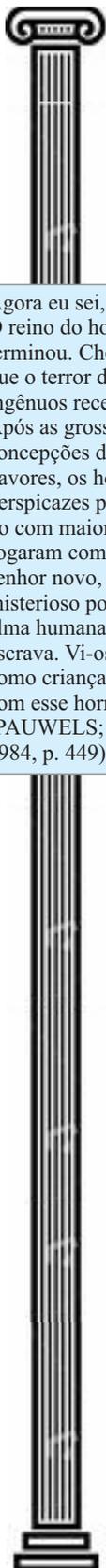
“Podem usar todos os meios disponíveis para engajar multidões de trabalhadores. Incitem-nos com recompensas, ou sejam severos, paguem-nos bem, seduzam ou reprimam. [...] Para concluir o maior de todos os trabalhos, uma só mente por milhares de mãos – e basta!” (Goethe, Fausto)

Os burgueses têm seu segredo – que eles tentam esconder de si mesmos – é que, sob suas fachadas, constituem a classe dominante mais violentamente destruidora de toda a história. (BERMAN, 1996, p. 56)

“Na década de 1860 uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo: capitalismo” (HOBSBAWM, 2009, p. 21). Com essa frase, Eric Hobsbawm introduz o livro *A era do capital: 1848-1875*, no qual analisa o triunfo da burguesia liberal. Após a discussão feita nos capítulos anteriores sobre a Revolução Francesa de 1789, juntamente com um apanhado acerca dos movimentos populares ocorridos entre 1789 e 1848, observa-se que os trabalhadores não puderam atingir os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade pelos quais lutaram, e que estavam intimamente ligados à conquista de pão, terra e constituição.

Neste momento, o desafio é estabelecer um debate sobre o modo como os vencedores dos processos anteriores, ou seja, a classe burguesa, administraram os recursos disponibilizados pela Revolução Industrial, a Revolução Francesa e os movimentos populares decorrentes dessas revoluções, entre 1848 e 1875.

Para ampliar o campo reflexivo sobre o contexto em questão, apresenta-se como suporte os estudos de Eric Hobsbawm, Marshall Berman, Karl Marx e Friedrich Engels, Michel Foucault, Hayden White, Michel Vovelle, Edward Thompson, e Marco Mondaini. No último capítulo sobre o século XIX procura-se enfatizar a unificação dos territórios nacionais, a formação dos Estados e das nações, a



Agora eu sei, eu adivinho. O reino do homem terminou. Chegou aquele que o terror dos povos ingênuos receava. [...] Após as grosseiras concepções dos primitivos pavores, os homens mais perspicazes pressentiram-no com maior clareza. [...] Jogaram com a arma do senhor novo, o domínio de misterioso poder sobre a alma humana, tornada escrava. Vi-os divertir-se como crianças imprudentes com esse horrível poder. (PAUWELS; BERGIER, 1984, p. 449)

expansão do imperialismo, a industrialização europeia, bem como o desfecho dos combates entre o socialismo e o liberalismo.

A interpretação que está sendo construída não se prenderá aos grandes feitos ou às guerras desse período, mas, em essência, procurará identificar as formas pelas quais a burguesia se apoderou das instituições sociais, adequando-as aos seus interesses e promovendo por meio delas um controle social em níveis até então desconhecidos. Para Berman, a fase de apropriação e transformação do mundo pela burguesia pode ser classificada como a mais violenta e destrutiva de toda a história da humanidade (BERMAN, 1996, p. 98). *Em Tudo o que é sólido desmancha no ar*, o autor sugere que as revoluções do século XIX promoveram uma ruptura drástica com o passado, cujos efeitos seriam devastadores sobre a sociedade oitocentista e inaugurariam um mundo conturbado e sem conexões com o passado ou com o futuro, no qual o imediatismo ocuparia o centro das preocupações sociais.

Ao investigar o avanço da sociedade liberal, o autor considera que nenhum sistema anterior foi tão violento em relação à luta de classes. Para Berman, a burguesia, enquanto projeta um discurso em favor da ordem social, alimenta-se das suas contradições e das suas guerras:

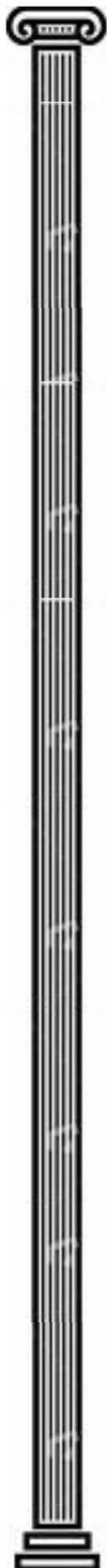
Se atentarmos para as sóbrias cenas criadas pelos membros da nossa burguesia, veremos o modo como eles realmente trabalham e atuam, veremos como esses sólidos cidadãos fariam o mundo em frangalhos se isso pagasse bem. Assim como assustam a todos com fantasias a respeito da voracidade e desejo de vingança do proletariado, eles próprios, através de seus inesgotáveis empreendimentos, deslocam massas humanas, bens materiais e dinheiro para cima e para baixo pela Terra, e corroem e explodem os fundamentos da vida de todos em seu caminho. (BERMAN, 1996, p. 98)

Berman explica que o deslocamento de um passado feudal/rural para um espaço industrial/urbano de forma abrupta – alguns autores como White preferem o termo “descolamento” do presente com o passado – teve efeitos dramáticos sobre o corpo social, cujos sintomas ainda hoje ocupam espaço nos estudos históricos. Um exemplo disso está na obra *A era dos extremos: o breve século XX*, em cuja introdução Hobsbawm afirma que os estudantes chegam hoje às universidades sem qualquer noção de tempo histórico e que para eles falar da Primeira ou da Segunda Guerra Mundial é o mesmo que falar de um acontecimento pré-histórico. Isso significa que o reconhecimento do passado recente, como o das guerras do próprio século em que nós nascemos, ou da Revolução Industrial do século XIX que gestou o mundo em que todos nós vivemos, colocamos tão afastados historicamente desses fatos quanto nossa percepção de distanciamento com a Revolução Agrícola feita pelo Homem de Neanderthal, no final da chamada pré-história.

Ao refletir sobre tais pressupostos compreendemos que, a partir de 1789, rompeu-se com o passado de tal forma, que não apenas o mundo feudal foi estraçalhado pelo mundo industrial, mas as relações com o passado também foram. Homens e mulheres foram situados desde então em uma sintonia constante com o presente, num universo social em que tudo o que é passado, mesmo os fatos mais recentes que repercutem sobre a vida das pessoas, já foi, já era, está morto e enterrado. De certo modo, esse “descolamento” do passado fez com que as pessoas rompessem com a crença em seu poder de intervenção social sobre o presente, e uma vez que o futuro lhes parece algo tão distante quanto o passado, é como se não restasse aos cidadãos a autonomia para o exercício de qualquer espécie de poder.

Esse tipo de anestesia sobre o espírito das massas fez com que muitos romancistas e poetas do século XIX





escrevessem sobre o poder que a burguesia tinha de escravizar a alma humana e de se apoderar tal qual um vampiro do sangue dos trabalhadores. Exemplos estão na literatura de Victor Hugo, especificamente em *Os miseráveis*; de Charles Baudelaire, em *As flores do mal*; e de Goethe, em *Fausto*, entre outras obras que estão repletas de sugestões realistas ou românticas sobre esse tempo. Para Berman, diante desse afastamento do passado e dessa inércia em relação ao futuro, alguns pensadores, especialmente das letras e das artes, tomaram sobre os ombros a responsabilidade pela restauração dessa conexão, a fim de ajudar homens e mulheres de todo o mundo contemporâneo – do passado e do futuro – a se sentirem em casa no mundo novo forjado pela burguesia, feito à sua imagem e semelhança, onde tudo o que é sólido desmancha no ar.

Para Berman, a Revolução Industrial fez com que as pessoas tivessem a impressão que estavam vivendo em um amplo compartimento fechado que englobava povos, nações e culturas, condenadas ao presente eterno e à sua velocidade entorpecente e destruidora (BERMAN, 1996, p. 16). O autor denomina esse espaço social de “turbilhão” em cuja rotação diariamente várias coisas são atiradas para fora do cotidiano, enquanto outras novas são a ele acrescentadas num ritmo muito veloz.

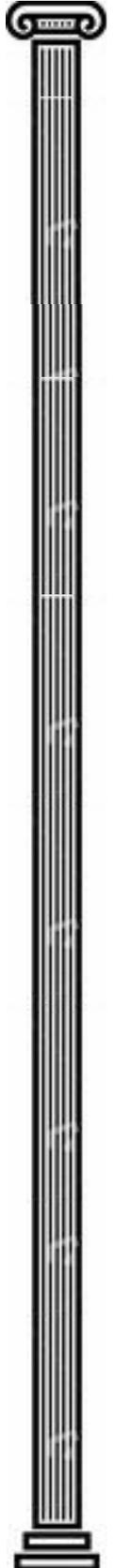
Tudo o que é sólido – as roupas sobre nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, os homens e mulheres que operam as máquinas, as casas e os bairros onde vivem os trabalhadores, as firmas e corporações que os exploram, as vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as nações que as envolvem – tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o

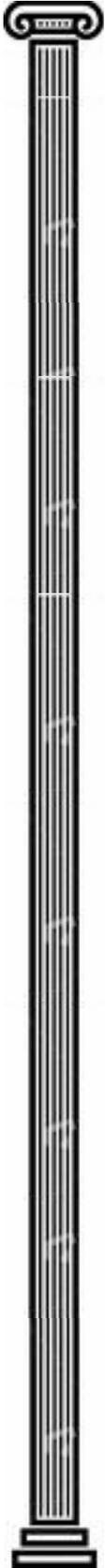
processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas. (BERMAN, 1996, p. 97)

A concentração de capital nas mãos de poucos, a centralização da produção, a automação das fábricas e os avanços da comunicação promovem grandes mudanças econômicas, fiscais, legais e administrativas que protegem os Estados e os interesses internacionais do capital. Enquanto isso, os trabalhadores da indústria vão sendo gradativamente desmobilizados e mesmo dentro da mais aguda miséria já não conseguem lutar contra a opressão crônica em que vivem. Ao mesmo tempo, ocorre nas últimas décadas do século XIX a superpopulação das cidades mais industrializadas, causada, em grande medida, pela migração dos camponeses, cujo trabalho se tornou desnecessário para os proprietários de terras. “Um vasto número de migrantes pobres são despejados nas cidades, que crescem como num passe de mágica – catastróficamente – do dia para a noite” (BERMAN, 1996, p. 90). Nem mesmo a miserabilidade de suas condições de vida e exploração da sua força de trabalho pode ressuscitar a efervescência dos movimentos revolucionários.

A perda do vigor revolucionário na segunda metade do século XIX significa, para Berman, a verdadeira derrota do movimento operário europeu, no qual os trabalhadores de todo o mundo poderiam colher exemplos. A burguesia, ao minar o poder de organização e de resistência das classes oprimidas, construiu sua hegemonia e promoveu a louvação permanente ao capital, legitimando-o como a maior força da sociedade moderna e o mais poderoso dos seus deuses:

Apesar de todos os maravilhosos meios de atividade desencadeados pela burguesia, a única atividade que de fato conta, para seus membros, é fazer dinheiro, acumular





capital, armazenar excedentes. Todos os seus empreendimentos são apenas meios para atingir esse fim. (BERMAN, 1996, p.92)

Pensando dessa forma, para Berman, assim como para outros autores referenciados, não interessa reproduzir a história que exalta os valores e as criações da burguesia, seja ela européia ou norte-americana. Tal exaltação, já feita e refeita tantas vezes, não deve ocupar o primeiro plano das preocupações dos historiadores do século XXI. O que interessa ao pesquisador pós-moderno são os processos, os poderes, as expressões da vida humana, a realização do trabalho e as relações entre o homem e a natureza. Ele não se deixa seduzir pelos decantados triunfos da Revolução Industrial, nem pelo sucesso da burguesia e muito menos se deixa encantar pela sua organização social.

Tais ponderações fazem brotar questionamentos sobre a burguesia enquanto sujeito histórico vitorioso no processo de construção do capitalismo. Que papel desempenhou a burguesia? De que forma ela se apropriou do mundo industrial e de suas instituições sociais? Por que se diz que tudo o que é sólido desmancha no ar? Como a burguesia criou um mundo à sua imagem e semelhança? Para responder a tais questionamentos, sugere-se a leitura de um trecho de Marx e Engels sobre a ação da burguesia no século XIX, considerado bastante elucidativo sobre o desenvolvimento do imperialismo europeu e norte-americano durante o século XIX:

LEITURAS ESSENCIAIS

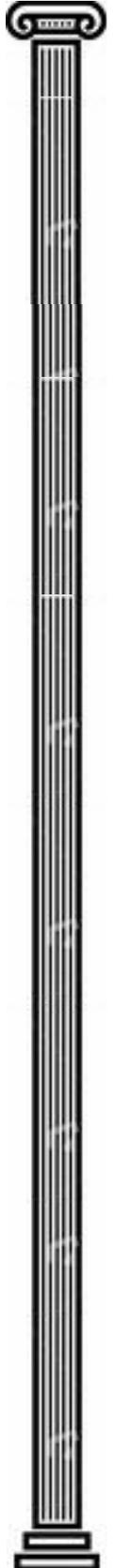
A sociedade burguesa moderna, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, é como um bruxo que já não controla os poderes de outro mundo por ele conjurado com seus feitiços

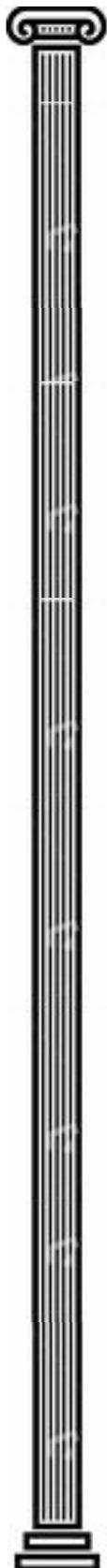
A burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou, para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia. A burguesia, historicamente, teve um papel extremamente revolucionário.

A burguesia, em todas as vezes que chegou ao poder, pôs termos a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Desapiedadamente rompeu os laços feudais heterogêneos, que ligavam o homem aos seus “superiores naturais” e não deixou restar vínculo algum entre um homem e outro além do interesse pessoal estéril, além do pagamento em dinheiro desprovido de qualquer sentimento. Afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo filisteu, nas águas geladas do calculismo egoísta. Converteu mérito pessoal em valor de troca. E no lugar das incontáveis liberdades reconhecidas e adquiridas, implantou a liberdade única e sem caráter do mercado. Em uma palavra, substituiu a exploração velada por ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, imprudente, direta e brutal.

A burguesia desnudou de sua auréola toda ocupação até agora honrada e admirada com respeito reverente. Converteu o médico, o advogado, o padre, o poeta e o cientista em seus operários assalariados. A burguesia arrancou da família o seu véu sentimental e reduziu a relação familiar a uma mera relação de dinheiro.

A burguesia [...] realizou maravilhas que superaram de longe as pirâmides egípcias, os aquedutos romanos e as catedrais góticas; conduziu expedições que puseram na sombra todos os





êxodos anteriores de nações e cruzadas. A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade. [...] A revolução constante da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes distinguiram a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações firmes e sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis foram varridas, todas as novidades tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo o que é sólido derrete-se no ar, tudo o que é sagrado é profanado e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes.

A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares. A burguesia, através de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita para a produção e o consumo em todos os países.

[...] As indústrias nacionais antigas foram destruídas ou seguem sendo destruídas dia após dia. Elas são desalojadas por novas indústrias, cuja introdução torna-se questão de vida e morte para todas as nações civilizadas. , por indústrias que não mais trabalham com matéria-prima nacional, mas matéria-prima extraída de zonas remotas, cujos produtos são consumidos não só no próprio país, mas em todos os cantos do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pela produção do país, encontramos novas necessidades, exigindo para satisfazê-las produtos e bens de terras e climas distantes. No lugar da antiga reclusão e auto-suficiência local e nacional, temos conexões em todas as direções, uma interdependência universal das nações. E tanto em produção material, como também em produção intelectual.

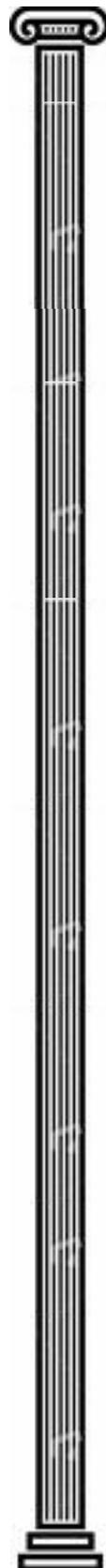
[...] A burguesia pelo aperfeiçoamento rápido de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, até a mais bárbara para a civilização. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual derrubam até mesmo a muralha da China. [...] Compele todas as nações, sob pena de extinção, a adotar o modo de produção burguês. Compele-as a introduzirem o que chama de civilização no seu meio, ou seja, a se tornarem burguesas. Resumindo, cria um mundo à sua imagem.

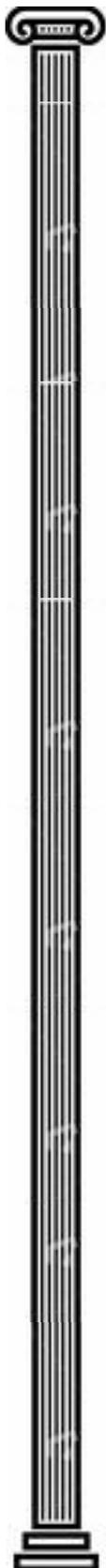
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 12-15.

Com a reprodução desse texto pretende-se expor o pensamento de dois intelectuais que registraram as ocorrências do momento em que a burguesia ocupava o centro do universo industrial e dali expandia suas ações para o resto do mundo, desde as antigas colônias americanas até os espaços africanos e asiáticos, ocupados para assegurar a matéria-prima e a mão-de-obra imprescindível para a abertura de novos mercados mundiais amplamente dominados pelas nações industrializadas.

Para Marco Mondaini, o mundo contemporâneo é resultado direto do longo período de transição compreendido entre os séculos XIV e XIX. O autor explica que no transcurso desse período a sociedade feudal foi substituída de forma gradativa pelo capitalismo e, de modo irreversível, a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Essa dupla revolução fez com que o tempo histórico fosse acelerado e a medievalidade feudal despedaçada diante das manifestações das classes mais pobres e miseráveis da população:

Então três espécies de transformações pré-capitalistas começam a gestar muito lentamente a nova estrutura social, a saber: a) acumulação de capital; b) a liberação de mão-de-obra; c) os progressos da técnica





aplicada à produção. Em outras palavras, de maneira lenta, somas crescentes de capitais começavam a se concentrar nas mãos de um conjunto de indivíduos que viria a constituir o futuro empresariado capitalista, ao mesmo tempo que grandes contingentes de camponeses eram forçados a migrar rumo às cidades na expectativa de conseguirem sobreviver, vendendo a única riqueza que lhes restara – a força de trabalho –, e que eram dados os primeiros passos na direção do desenvolvimento científico-tecnológico voltado para o aumento da produção de mercadorias. (MONDAINI, 2009, p. 190)

Mondaini explica que nas jornadas revolucionárias mais de 20 milhões de franceses questionaram de forma radical a iniquidade contida no Antigo Regime exercido por indivíduos pertencentes ao clero e à nobreza (MONDAINI, 2009, p. 191). Para o autor, o resultado das lutas iniciadas em 1789 não poderia ser mais subversivo. A antiga soberania dos reis foi soterrada pelos ideais de Rousseau quanto à soberania popular. Mondaini argumenta que a industrialização abriu espaço para a constituição da base material de um novo modo de produção baseado no lucro e no aumento constante da produtividade:

Assim, as “forças da transformação”, lideradas pela burguesia estabeleceram tanto no campo político como no econômico, uma guerra de vida ou morte contra as “forças da conservação” dirigidas pela aristocracia, o que não excluía o estabelecimento de acordos provisórios entre as duas forças quando o horizonte da mudança começasse a se projetar longe demais em sua radicalidade, ultrapassando assim seus limites históricos liberais. (MONDAINI, 2009, p. 191)

Dessa forma, compreende-se que o triunfo do capitalismo no século XIX ocorre em virtude de algumas

características básicas para o tratamento do tema e que são bastante discutíveis e questionáveis. As conquistas da burguesia estão relacionadas ao programa imperialista de neocolonialismo que permitiu a invasão de territórios periféricos e a opressão de povos pobres. Em defesa da economia liberal da livre iniciativa, o triunfo da Europa e dos Estados Unidos ocorreu mediante a exploração de matéria-prima dos países periféricos e da compra de mão-de-obra barata de trabalhadores em nível global.

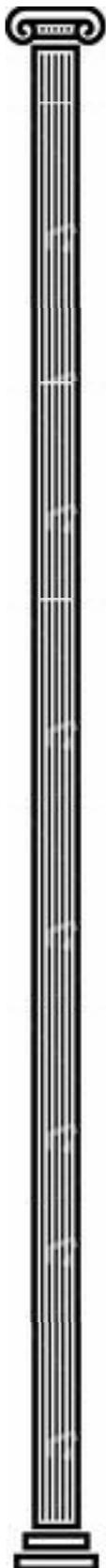
A miséria do imperialismo

“A história olha para o mais próximo, para dele se separar bruscamente e se apoderar à distância.”(Michel Foucault, *Microfísica do poder*)

Para os autores até então estudados, a consolidação do programa de desenvolvimento das nações industrializadas tinha entre seus objetivos prioritários o controle das massas e das suas manifestações. Para tanto, as elites da época contaram com a disseminação da ideologia liberal que previa a não intervenção do Estado na economia e que, ao mesmo tempo, exigia o apoio dos governos e dos poderes constituídos para assegurar a ordem social, ou seja, para evitar o surgimento de novos movimentos de trabalhadores. A sutileza da opressão às reações populares que se seguiu a Primavera dos Povos, para impedir a realização de protestos, motins e sublevações, foi arquitetada de tal forma que sua durabilidade prevaleceu após o século XIX.

A continuidade e a profundidade da debilidade das massas diante das forças econômicas e políticas da época pode ser medida com a leitura de um trecho da longa carta que os trabalhadores russos enviaram em 1905 para o Czar Nicolau II, durante a greve feita na praça do Palácio de





Inverno, em São Petersburgo. Tal documento sugere que a situação dos manifestantes perduraria no século XX. Seu conteúdo foi extraído por Berman do livro *Three Who Made a Revolution*, de Bertram Wolfe, publicado em 1948. A versão integral da carta dos trabalhadores com as suas reivindicações pode ser encontrada na obra *First Blood: The Russian Revolution*, publicada em 1905:

LEITURAS ESSENCIAIS

Carta denuncia que os trabalhadores eram mantidos na miséria, na injustiça e na ignorância

“Senhor – Nós, operários, residentes na cidade de São Petersburgo, de várias classes e condições sociais, nossas esposas, nossos filhos e nossos desamparados pais, viemos a vós senhor, para buscar justiça e proteção.

Nós nos tornamos indigentes. Estamos oprimidos e sobrecarregados de trabalho, além de nossas forças. Não somos reconhecidos como seres humanos, mas tratados como escravos que devem suportar em silêncio seu amargo destino. Nós o temos suportado e temos sido empurrados mais e mais para as profundezas da miséria, injustiça e ignorância.

Estamos sendo tão sufocados pela justiça e lei arbitrária que não mais podemos respirar. Senhor, não temos mais forças! Nossas resistências estão no fim. Chegamos ao terrível momento em que é preferível a morte a prosseguir neste intolerável sofrimento.

Portanto, paramos de trabalhar e dissemos a nossos patrões que não voltaríamos até que cumprissem as nossas exigências. [...] Temos apenas dois caminhos: um que leva à liberdade e à felicidade, e outro que leva a sepultura. Ofereceremos este sacrifício, não com rancor, mas com alegria.”

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 236.

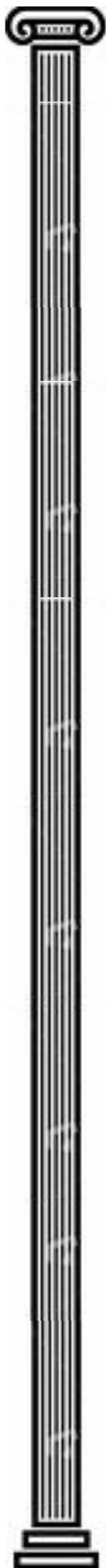
O relato sobre a situação dos operários e dos camponeses feito nos primeiros anos do século XX comprova que a situação de miserabilidade dos trabalhadores em muitos locais da Europa e dos países periféricos ou neo-colonizados tinha extrapolado os limites do século XIX. Sugere ainda a compreensão de que qualquer ação em prol da melhoria das condições de trabalho e de vida deveria ser realizada coletivamente, conforme os padrões dos movimentos sociais que eclodiram na Europa de 1789 a 1848. A referência a esse texto, escrito em 1905, reproduz a situação em que se encontravam

os trabalhadores na Rússia, pouco tempo antes da Revolução Russa de 1917, ao mesmo tempo em que sugere que a Primavera dos Povos de 1848 serviria de inspiração para a luta pelos direitos trabalhistas ao longo do século XX.

Os processos trabalhistas relacionados à segunda metade do século XIX representam uma farta fonte de pesquisa sobre as relações sociais desse período. Em *O capital*, no volume I, Marx escreve sobre um processo relacionado ao trabalho infantil, datado de 1863, contra uma indústria de Staffordshire, na Inglaterra. O autor relata algumas declarações de testemunhos das crianças exploradas, por exemplo, o depoimento de Fernyhough, um menino de 10 anos:

Eu chego às seis horas, às vezes às quatro horas da manhã. Trabalhei durante toda a noite passada indo até as seis horas da manhã. Eu não estive na cama desde a última noite. Todos, com exceção de um, retornaram esta manhã. Eu recebo semanalmente 3 xelins e 6 pence. Eu não recebo nada a mais, quando trabalho toda a noite. Eu trabalhei na última semana, durante duas noites inteiras. Nem sempre tenho uma hora inteira para o almoço. Frequentemente só tenho meia hora. (MARX, 1983, p. 197)





Outro processo, este de 1862, é relativo a uma fábrica de papéis de parede na qual o trabalho durava das seis horas da manhã até as dez horas da noite ou ainda mais tarde, sem interrupção. Nesse caso o que chamou nossa atenção foi o depoimento de uma mãe de uma criança trabalhadora de sete anos:

No inverno passado, eu costumava gritar quase todas as noites devido à dor causada pelos meus pés feridos. Este meu filho, quando tinha sete anos de idade, eu costumava carregá-lo nas costas para lá e para cá através da neve, e ele costumava trabalhar 16 horas. Eu freqüentemente me ajoelhei para alimentá-lo, enquanto ele estava junto à máquina, pois ele não podia abandoná-la ou desligá-la. (MARX, 1983, p. 199)

Textos dessa natureza ajudam a compreender como as lutas da primeira metade do século XIX perderam o sentido e alargaram a distância ou o fosso entre o proletariado e a burguesia, ou seja, entre os trabalhadores e os detentores dos meios de produção. Desse modo, não é de surpreender o distanciamento entre burgueses e proletários, tidos como os principais agentes da Revolução de 1789 e de vários movimentos da Primavera dos Povos.

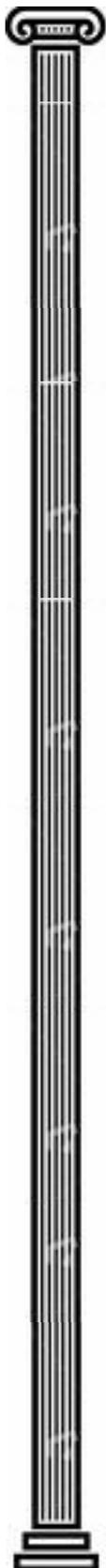
Muitos são os documentos que atestam historicamente o grandioso número de mortes nas fábricas por excesso de trabalho aliado à falta de agasalho e de alimentação dignas. O relato da mãe que caminhava sobre a neve de madrugada com o filho de sete anos às costas, com os pés feridos porque ambos tinham que trabalhar e provavelmente não tinham botas ou sapatos adequados para andar sobre a neve, e que se ajoelhava diante da máquina em que o menino trabalhava para lhe dar de comer, porque ele não podia interromper seu trabalho, deveria ser apenas apelativo ou ilustrativo, porém, é parte de um processo que, mesmo desumano, era bastante real e comum nesse período.

Mediante o estudo de processos dessa natureza, torna-se evidente a necessidade da escrita de uma história social que priorize as massas exploradas no mundo do trabalho e muitas vezes excluídas do fazer histórico. Os historiadores comprometidos com “a história vista de baixo”, mesmo considerando a evolução do capitalismo, a velocidade das invenções burguesas e as contribuições do liberalismo para o surgimento de um mercado mundial em permanente expansão, devem procurar olhares de estranhamento sobre os fundamentos da sociedade capitalista. Olhares que expliquem a condição de alienação política, econômica e social das massas. Sem tal olhar, todo e qualquer tipo de história será mera reprodução do já foi feito largamente por outros intelectuais que se dedicaram à descrição das aventuras da sociedade industrial.

Diante dos dados apresentados em *O capital*, todos os argumentos usados pelos liberais oitocentistas para justificar o modelo de industrialização e de livre negociação que exportaram para diversos continentes podem ser muito facilmente questionados e minuciosamente pesquisados a partir de fontes documentais da época. Para tanto, é preciso disposição para ver o passado por meio de perspectivas alternativas, ou seja, o observador do passado deve procurar além do que lhe é mostrado, detendo-se sobre os elementos para os quais até então permanecia alheio.

Esse olhar de estranhamento foi, por exemplo, a opção de Eric Hobsbawm, historiador que, após consultar as mais diversas fontes de pesquisa e escrever várias obras sobre o século XIX, confessou ter se tornado cético quanto à evidência da burguesia como classe promotora da ordem e do bem estar social, da moral e dos valores cristãos. Para ele, a propalada fachada de “bom mocismo” do liberalismo industrial entra em colapso diante das evidências históricas construídas pelas massas de trabalhadores africanos, asiáticos e latino-americanos que serviram aos caprichos





dos impérios europeu e norte-americano. Tais indícios, quando forjados, quando arrancados do silêncio, costumam denunciar abertamente a violência e a impunidade dos promotores do imperialismo que transformaram populações da África, da Ásia e da América Latina em contingentes de miseráveis passíveis de exploração permanente por parte das suas corporações.

Nas relações entre trabalho e capital, vendo-se o trabalho como a maior, e em alguns casos como a única fonte de riqueza, é preciso chamar a atenção para o fato histórico e social relacionado à miserabilidade de alguns continentes, cuja pobreza tem suas raízes históricas afundadas na segunda metade do século XIX, quando a política imperialista da Europa e dos Estados Unidos colocou em pauta um projeto de neocolonialismo que sacrificou economicamente e socialmente inúmeras regiões africanas e asiáticas. Marx denuncia que a filosofia liberal empreendida depois de 1848 foi sempre a de explorar, tomar ou comprar tudo barato, incluindo-se nessa relação à força de trabalho, para vender em tempo recorde, mais caro e em grande quantidade. Com esse pensamento, acelerou-se cada vez mais a produção e o consumo de mercadorias, construindo-se rapidamente sobre o suor, a miséria e o sofrimento dos trabalhadores de todos os cantos do mundo, um mercado global, que serviu de base ao imperialismo econômico e político que se prolongaria pelo século seguinte.

Relações e práticas de poder

“O poder não é um lugar que se ocupa, nem um objeto que se possui. O poder é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Ele se exerce, se disputa.”
(Michel Foucault, *Microfísica do poder*)

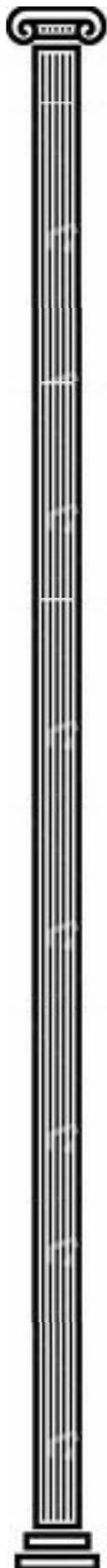
A reflexão proposta com a leitura de Michel Foucault diz respeito às relações de poder entre o proletariado e a

burguesia, a partir de 1848, relações essas que consolidaram a hegemonia da classe detentora do poder econômico e político sobre as massas urbanas ou rurais. O autor escolhido estabelece conexão entre a disciplina rígida das fábricas e a alienação dos trabalhadores. Seu olhar foge do lugar comum em busca de interpretações que vão além da idéia de que os trabalhadores foram desmobilizados apenas pela ação violenta do aparato militar dos governos à disposição da burguesia. Sua compreensão sobre as relações de poder da sociedade capitalista do século XIX nasce da investigação dos menores e mais simulados indícios, para, assim, entender como as massas mobilizadas, agitadas e insufladas pelo espírito revolucionário de 1789 foram silenciadas a partir de 1848. Analisando a disciplina adotada no interior das fábricas, os horários de trabalho, a divisão de atividades e a rotina diária dos trabalhadores, Foucault sugere que a burguesia usou de todos os artifícios possíveis para assegurar de todas as formas sua vitória sobre o proletariado.

Segundo o autor, para contemplar esse processo pelo qual a burguesia pôde conquistar poder inigualável sobre o proletariado, deve-se pensar primeiramente não em guerras napoleônicas ou em obras faraônicas, mas naquilo que era a maior fonte da riqueza e do poderio burguês, ou seja, o trabalho humano. Compreender o mundo do trabalho e o cotidiano das fábricas deve ser prioridade para todos os estudiosos da contemporaneidade.

Inaugurar questionamentos é muitas vezes mais interessante que oferecer respostas. O que ocorria dentro das fábricas? Qual era o cotidiano dos trabalhadores? Como havia sido o reordenamento do trabalho no mundo industrial? Por que os trabalhadores foram absorvidos pelo sistema e deixaram de lutar com a mesma ênfase de 1789 e 1848 por seus direitos? O diálogo com Foucault sugere alguns encaminhamentos e possíveis respostas a essas questões.





Em *Microfísica do poder*, o autor observa a ocorrência de uma disciplina própria para o mundo das corporações do século XIX muito diferente do que era percebido antes do advento da industrialização. Segundo ele, o poder da burguesia sobre as massas não foi conquistado apenas por meio de repressão militar e aparato bélico. Técnicas refinadas e invisíveis implementadas dentro das fábricas, no cotidiano dos operários, teriam contribuído para a alienação dos trabalhadores. Ao contemplar essas pequenas ou microrelações de poder, Foucault percebe que a burguesia promoveu a inserção de novas relações e práticas trabalhistas, por meio da implementação de uma disciplina própria para o cotidiano das fábricas, com normas tão rígidas quanto as da disciplina militar (FOUCAULT, 2002, p. 106).

Sobre as relações entre trabalho e disciplina, Foucault observa quatro aspectos que são bastante esclarecedores do tipo de ação que se realizava nas fábricas européias e que nos fazem pensar sobre as relações de poder existentes nas indústrias oitocentistas. Tais aspectos disciplinares e suas proposições podem ser assim identificados:

- a) a disciplina da fábrica exerce seu controle, não sobre o resultado de uma ação, mas sobre o seu desenvolvimento, ou seja, controla todo o trabalho realizado pelos operários e impede a comunicação entre os mesmos;
- b) a disciplina implica em um registro contínuo que não deixe escapar nenhum detalhe ou informação sobre o cotidiano do trabalhador; qualquer morosidade na produção será imediatamente identificada e o responsável cobrado por sua lentidão, assim sendo, qualquer caso de doença, ressaca ou problema familiar teria que ser relatado para justificar a queda de produção no trabalho;

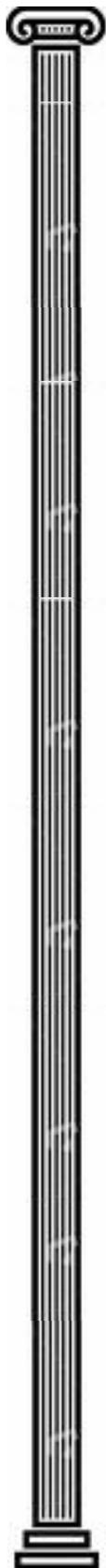
- c) a disciplina é uma técnica de poder que implica uma ; vigilância perpétua e constante dos indivíduos, bem como do seu comportamento e dos seus atos dentro da fábrica e, que, ao mesmo tempo, promove uma espécie de intervenção na vida pessoal do trabalhador quando o obriga a justificar faltas e atrasos, entre outras questões;
- d) a disciplina é um conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder realizam vigilância permanente sobre os indivíduos para utilizá-los ao máximo, impedindo assim que o mesmo tenha tempo ou desejo de participar de outras atividades, como de lazer ou reuniões políticas.

A partir do conhecimento desses aspectos da disciplina das fábricas, novas questões surgem: como as ações do operário no espaço do trabalho podiam ser vigiadas de forma constante pelos patrões? Como seus atos diários eram registrados? Qual o tempo que tinham para comer, repousar e estabelecer relações sociais? Se todas as suas energias eram sugadas pela fábrica em nome da expansão do mercado, o que sobrava para a família? Como era a vida dos trabalhadores? Qual era o seu cotidiano?

Segundo Foucault, a disciplina rígida é uma característica da sociedade industrial. No século XVII, nas oficinas de tipo corporativo, a qualidade de um produto dependia da transmissão do conhecimento de como fazer. Naquele momento, o controle não atingia o próprio gesto do trabalhador, isso só viria a ocorrer com o advento da Revolução Industrial:

A partir do século XVIII, se desenvolve uma arte do corpo humano. Começa-se a observar de que maneira os gestos são feitos, qual o mais eficaz, rápido e melhor ajustado. É assim que nas oficinas aparece o famoso e sinistro personagem do contra-mestre, destinado não só a observar se o trabalho foi feito, mas como é feito, como pode ser feito mais rapidamente e com gestos melhor adaptados. (FOUCAULT, 2002, p. 106)





Esse tipo de reestruturação do trabalho permitia o controle dos indivíduos por meio de vigilância permanente que possibilitava aos patrões localizar, classificar, identificar, distribuir, julgar e medir os trabalhadores, com a finalidade não apenas de aumentar a produção, mas também de controlar greves ou manifestações, com o fim de evitar “distúrbios” como os que haviam ocorrido entre 1789 e 1848. Além da disciplina, criaram-se mecanismos legais e aparatos policiais para vigília e punição de pessoas que agissem fora das normas disciplinares. Com isso mudaram completamente as relações de poder social. Esse foi o grande feito da contra-revolução burguesa: vigiar, controlar, disciplinar e punir os trabalhadores de tal forma que eles fossem impedidos de agir e, o mais terrível, que mesmo quando agissem, seus atos fossem destituídos de poder contra o adversário. Sobre essas relações de poder, o que são e como atuam sobre o corpo social, Foucault escreveu:

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim, práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social, que não está situada e um lugar privilegiado, mas que se espalha por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. [...] Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar, ele esta sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças O poder é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. (FOUCAULT, 2002, p. XIV)

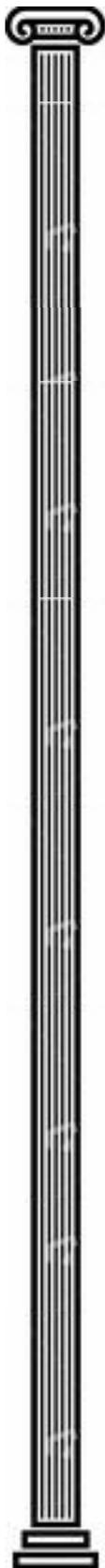
A argumentação usada pelo autor coloca em evidência que o exercício de disciplina rigorosa é parte necessária para a legitimação do poder que uns conquistam

sobre outros. O mesmo tipo de disciplina que fazia com que os filhos fossem submissos aos pais, as mulheres aos maridos e os estudantes aos professores, fazia com que os trabalhadores fossem submissos ao patrão. E assim como qualquer desobediência dos filhos, dos alunos ou das esposas tornava os rebeldes sujeitos a punições rigorosas, até mesmo fisicamente, os trabalhadores foram disciplinados no sentido de obedecerem às regras da fábrica e não participarem de rebeliões, greves e atos que desagradassem aos patrões, sob pena de desemprego e até mesmo de prisão ou exílio.

A natureza das relações que foram estabelecidas dentro das fábricas equiparava-se a uma luta diária, por meio da qual a burguesia comprava e usurpava a força de trabalho das massas, explorando-os física e mentalmente. Por isso, para Foucault, o poder é sempre uma arena de disputa na qual um ganha e outro perde. Ao serem submetidos diariamente a uma disciplina constante, rígida e exaustiva, os trabalhadores foram vencidos pelo cansaço e sofreram a redução da sua aptidão para o lazer e da sua capacidade de organização política. Mesmo que as concepções radicais de Foucault tenham sido algumas vezes descartadas pelos historiadores, sua argumentação quanto ao papel que as normas disciplinares das fábricas desempenharam na segunda metade do século XIX, sugerem que o cotidiano militar das fábricas foi decisivo para que os movimentos populares perdessem o espaço político e social que havia sido conquistado entre 1789 e 1848 pelas massas revolucionárias.

Ao estudar essas micro-relações sociais, Foucault concede destaque ao estranhamento. Seu propósito é romper com as estruturas que sustentam o passado, ou, pelo menos, com sua configuração. O pesquisador acostumado com a reprodução de idéias, sejam elas quais forem, precisa rever conceitos para digerir a microfísica do poder. Os





historiadores, por exemplo, se estão convencidos de que os movimentos dos trabalhadores do século XIX foram sufocados e reprimidos por aparelhos estatais gigantesco aliados a bancos, indústrias e exércitos ordenados para a batalha do Armagedon, pouco refletem sobre o poder de uma disciplina fabril cuja função é vigiar todos os procedimentos dos operários. O estudo de Foucault sugere que há nessa ação silenciosa uma prática repleta de sentido de adestramento social. Para ele, os historiadores precisam perceber naquilo que parece mais ínfimo o que há de mais importante e no elo que parece mais frágil a residência do mais forte.

O autor assume sua paixão pela contradição. Ele despe de grandiosidade os feitos históricos e lança um olhar aguçado sobre a multiplicidade e a sutileza tão próprias da história. Para Foucault, os menores indícios, aqueles que, num primeiro momento, o historiador refuga porque lhe parecem insignificantes, quando bem observados e devidamente assentados em seu contexto, podem ser identificados como os maiores responsáveis pela cristalização das relações de poder na sociedade capitalista.

LEITURAS ESSENCIAIS

O indivíduo é uma produção do poder e do saber

O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo.

Não se explica o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de

aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades.

O objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. XVI.

No texto escolhido , com um olhar atento e curioso sobre os detalhes, Foucault sugere que foi a disciplina desenvolvida diariamente no interior das fábricas, a técnica sutil que permitiu que os trabalhadores fossem vigiados, adestrados, domesticados, treinados e aprimorados física e espiritualmente. Tal exercício de poder assegurou a expansão de um modelo de capitalismo selvagem que atua por meio de corporações e organismos a serviço do capital e cujas leis são determinadas exclusivamente pelo mercado.

Os autores e as teorias referenciadas nesta obra conduzem a conclusão que os movimentos gestados de 1789 até 1848 foram expressivos e prestaram grandes contribuições para a história social. Mesmo assim, a partir da segunda metade do século XIX estabeleceram-se as instituições, os governos e as leis que reduziriam a ação política dos trabalhadores, impediriam sua organização contra condições de vida aviltantes e consolidariam sua exploração social.



CONCLUSÃO

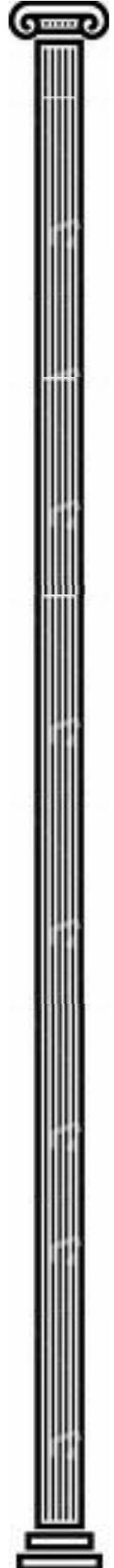
A reinvenção do mundo

“Não há saber neutro. Todo o saber é político.” (Michel Foucault, *Microfísica do poder*)

A história do fim do século XVIII ao final do século XIX tornou clássico o modelo revolucionário francês de 1789 e os movimentos populares conhecidos como Primavera dos Povos. O período sobre o qual trata este livro possibilita abordagens diversas sobre a crise do Antigo Regime, a luta de classes, as relações entre o proletariado e a burguesia, o confronto entre o socialismo e o liberalismo, com especial atenção à riqueza do imaginário oitocentista e do seu legado revolucionário. Termos como Revolução Francesa, Revolução Inglesa, Revolução Industrial ou Revolução Burguesa receberam tratamento científico para revelar sua fecundidade em sugestões sobre as transformações do momento em que foram lançados os fundamentos da sociedade capitalista.

No primeiro capítulo deste livro oportunizou-se a abordagem das múltiplas histórias da Revolução Francesa, a tríade “liberdade, igualdade e fraternidade”, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e o 18 Brumário de Napoleão Bonaparte. Primou-se pela organização de informações básicas sobre as fases, as lideranças e os partidos da Revolução, concluindo-se com referências à recepção dos ideais revolucionários no Brasil e ao espírito universal da Revolução Francesa.

No segundo capítulo, foram privilegiadas algumas incursões sobre a história vista de baixo e relacionou-se autores clássicos e contemporâneos com a finalidade de abarcar os movimentos sociais franceses e ingleses, que expressam a participação das camadas populares nas ações





revolucionárias que defendiam causas tão diversas como os direitos trabalhistas, a reforma agrária, o divórcio, o sufrágio universal e a liberdade de expressão. Tomou-se como orientação a presença da multidão na história e o brilho dos motins nos quais floresceram as primeiras manifestações dos trabalhadores.

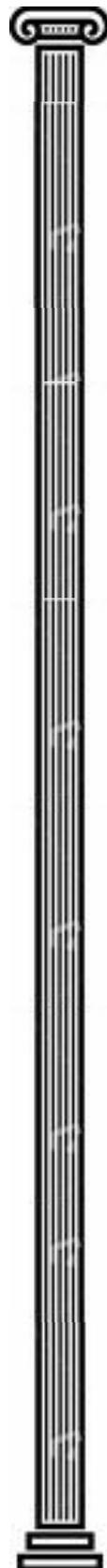
No terceiro capítulo, traçou-se um panorama das razões que conduziram a burguesia ao poder e que fizeram triunfar as ideias liberais sobre o programa socialista. O objetivo foi o avanço nas reflexões sobre o projeto neo-colonialista, com questionamentos sobre a ocupação de territórios periféricos da África, da Ásia e da Oceania, com a finalidade de avaliar o impacto que as ações do imperialismo europeu e norte-americano exerceu sobre as nações consideradas subdesenvolvidas.

O referencial teórico e bibliográfico contempla obras escritas por autores do século XIX, entre eles Karl Marx, Friedrich Engels, Alexis de Tocqueville e Jules Michelet. Aos clássicos oitocentistas foram aliados argumentos de autores como Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Hayden White, Marshall Berman, Michel Foucault, Michel Vovelle, Michele Perrot e Umberto Eco. Para o debate sobre a recepção das ideias revolucionárias européias na América Latina e no Brasil, dialogou-se com Paulo Freire, Carlos Antonio Aguirre Rojas, Octavio Ianni, Raymundo Faoro e Carlos Guilherme Mota. Outros historiadores e cientistas sociais foram incluídos ao debate teórico com a finalidade de diversificar as informações disponibilizadas nesta obra.

Ao concluirmos as considerações sobre a abertura do mundo contemporâneo e os fundamentos da sociedade capitalista, esperamos ter contribuído para o aprofundamento das reflexões sobre os impactos globais provocados pelo desenvolvimento do capitalismo em seus aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais.

Procuramos referendar nestas páginas nossa preocupação com a construção de uma história comprometida com as causas populares e capaz de despertar nos leitores a atração pelas ideologias forjadas no fogo da Revolução Francesa, as quais iluminam com sua tocha flamejante os direitos humanos e a cidadania de todos os homens e de todas as mulheres de todos os povos da Terra.

Com a exaustão de quem se aventurou por mais de cem anos de história e o transbordamento de quem cruzou imensuráveis fronteiras na companhia de autores que dialogaram sobre teorias relativas aos fundamentos da sociedade capitalista, com fartos e inesgotáveis argumentos, concluímos este livro com a saudação dos revolucionários de 1789, por meio da qual manifestamos o desejo de que tais palavras ainda exalem o secreto perfume da Primavera dos Povos e o apelo universal que reúne a humanidade em torno de ideais comuns: “liberdade, igualdade e fraternidade. Isto, e nada mais!”



BIBLIOGRAFIA

AHMAD, Aijaz. Cultura, nacionalismos e o papel os intelectuais. In: WOOD, Ellen (org.). *Em defesa da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 59-75.

BAUDRILLARD, Jean. O enterro do mito. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 158.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOCCA, Giorgio. Napoleão. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 42.

ECO, Umberto. O Sr./Sra. tomaria a Bastilha? In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 150.

FAORO, Raymundo. Aqui revolução era (e é) outra coisa. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 24.

FORTINI, Franco. Robespierre: seis retratos de autor. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 32.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

INVERNIZZI, Gabriele. Os caminhos da memória. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 5.

IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.

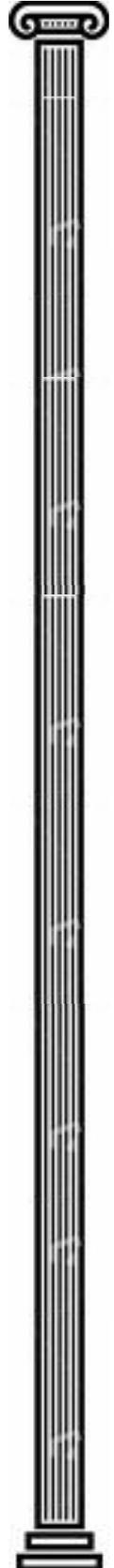
HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

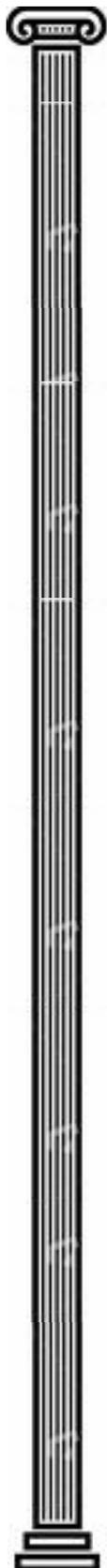
_____. *A era do capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. *Os trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.





- _____. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MARTINET, Giles. Danton. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 34.
- MEMMI, Albert. *Descolonizado: Retrato do árabe-muçumano e de alguns outros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MICHELET, Jules. *A história da Revolução Francesa. Edição inglesa*. History of the French Revolution. Londres: Gordon Wright, 1967.
- MONDAINI, Marco. Guerras Napoleônicas. In: *História das Guerras*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MOTA, Carlos Guilherme. 1789-1989 – Histórias da História. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 70.
- PAUWELS, Louis; BERGIER, Jacques. *O despertar dos mágicos*. São Paulo: Difel, 1984.
- PERROT, Michelle. Condição feminina. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 66.
- RODOTÁ, Stefano. Velhos e novos direitos. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 146.
- RUDÉ, George. *A multidão na história: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SCIASCIA, Leonardo. Bonaparte deixa a máscara cair. In: *A Revolução Francesa 1789-1989*. São Paulo: Editora Três, 1989, p. 100.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- THOMPSON, Edward. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *Os românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WHITE, Hayden. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

WOOD, Ellen (org.). *Em defesa da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*. São Paulo: Edusc, 2000.

